

Candida Maria Bezerra Dantas

PSICOLOGIA E POBREZA NO BRASIL: LIMITES E PERSPECTIVAS DA
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal
2007

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação “Psicologia e pobreza no Brasil: limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo” elaborada por Candida Maria Bezerra Dantas, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 12 de fevereiro de 2007

BANCA EXAMINADORA

Leôncio Camino Rodriguez Larrain

Zeidi Araújo Trindade

Oswaldo Hajime Yamamoto

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Dantas, Candida Maria Bezerra.

Psicologia e pobreza no Brasil : limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo / Candida Maria Bezerra Dantas. – Natal, RN, 2007.
117 f.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Psicologia.

1. Psicologia social - Dissertação. 2. Pobreza no Brasil – Dissertação. 3. Psicólogo – Atuação – Dissertação. 4. Conhecimento em Psicologia – Produção. I. Yamamoto, Oswaldo Hajime. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 159.9:316.6

Mas quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam necessariamente expostos à morte prematura e anormal; a uma morte tão violenta como a morte pela espada, ou a bala; quando retira a milhares de seres os meios de existência indispensáveis, impondo-lhes outras condições de vida com as quais é impossível subsistir; quando os constrange, com o forte braço da lei, a permanecerem nesta situação até que a morte surja, o que é a consequência inevitável disso; quando sabe, quando está farta de saber, que estes milhares de seres serão vítimas destas condições de existência, e contudo as deixa persistir, então é de fato um assassinato, idêntico ao cometido por um indivíduo, só que neste caso mais dissimulado, mais perverso, um assassinato do qual ninguém se pode defender, porque não parece um assassinato porque o assassino não se vê, porque o assassino é toda a gente e não é ninguém, porque a morte da vítima parece natural, e o pecado é cometido mais pela ação do que pela omissão

ENGELS

Aos meus pais.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto pela compreensão e dedicação demonstradas durante todo o processo de construção deste trabalho e pelo incentivo à minha trajetória acadêmica, minha eterna gratidão.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação, em especial à bolsista Adriana Ribeiro, pela colaboração na execução do trabalho, e a Isabel Fernandes de Oliveira pelo apoio e amizade.

À Ana Ludmila Freire Costa pelo companheirismo e amizade construída nos momentos de trabalho e diversão, meu eterno carinho.

As amigas de graduação (Janine, Mariana, Marluce, Micheline, Monique, Nivia, Raquel e Vanessa) exemplos de luta, dedicação e amizade que levarei para o resto da vida.

Aos amigos Giselle Gasparino, Roberta Barzaghi e Jader Leite, com quem aprendi que a vida pode ser leve e divertida, agradeço o apoio e a amizade essenciais à conclusão deste trabalho.

Aos colegas de trabalho e alunos do Curso de Psicologia da Universidade Potiguar, com quem tenho o privilégio de compartilhar diariamente a paixão pela formação de um profissional ético e responsável.

Aos alunos e professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN, pela dedicação e responsabilidade no exercício acadêmico.

À minha família pelo apoio nos momentos tristes e felizes da minha vida. Em especial, aos meus pais pelo amor, carinho e dedicação, sem vocês não seria possível a realização deste trabalho.

E a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos no primeiro ano do mestrado.

Sumário

Lista de tabelas.....	ix
Resumo.....	x
Abstract.....	xi
1. Apresentação.....	1
Parte I: Fundamentação Teórica.....	7
2. Pobreza e “questão social”: delimitações teóricas.....	8
3. Políticas sociais: enfrentamento da questão social.....	25
4. A Psicologia em busca do “compromisso social”.....	37
Parte II: A pobreza na Psicologia brasileira	52
5. Percurso metodológico.....	53
5.1. Construção de banco de dados documentais.....	53
5.2. Seleção e análise geral dos documentos do banco de dados.....	57
5.3. Seleção e análise temática dos documentos.....	59
6. Produção de conhecimento em Psicologia: tendências gerais e particularidades relacionadas ao tema pobreza.....	60
6. Caracterização da produção: o “lugar” da pobreza no conhecimento psicológico brasileiro.....	71
8. ‘Pobreza’: temas e discussões da Psicologia.....	76
9. Algumas considerações acerca das possibilidades e limites da Psicologia no enfrentamento da pobreza no Brasil.....	86
10. Referências bibliográficas.....	92
Apêndices.....	98

Lista de tabelas

Tabela		Página
1	Tipo de publicação.....	54
2	Bases de dados utilizadas.....	55
3	Veículo de publicação dos artigos.....	62
4	Período de publicação dos artigos	64
5	Vinculação institucional dos autores.....	66
6	Grupos de Pesquisa aos quais os autores estão vinculados.....	67
7	Tipo de produção.....	69
8	Delineamento da pesquisa.....	69
9	Faixa etária dos sujeitos pesquisados.....	70
10	Local de realização da pesquisa.....	70
11	Caracterização da produção quanto ao tema “pobreza”	71
12	Classificação das produções em relação às grandes áreas da Psicologia.	74

Resumo

A pobreza revela-se, no Brasil, como questão de primeira ordem. Segundo dados oficiais, 70 milhões de brasileiros vivem em condições precárias, sendo que, desses, 20 milhões não têm como suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. A Psicologia, como profissão inserida no campo do bem-estar social e cuja história aponta para a busca de uma ação comprometida socialmente, não poderia ficar alheia a essa situação. Partindo dessa premissa, questionam-se quais as respostas que a Psicologia tem dado a tal questão, tanto no que concerne à produção do conhecimento, quanto à intervenção na realidade social. O objetivo do trabalho é investigar a produção de conhecimento em Psicologia relacionada à pobreza, analisando as proposições, os limites e impactos das ações empreendidas pelos psicólogos. Foi realizada uma pesquisa documental com a literatura brasileira psicológica em três etapas: levantamento nas bases de dados referenciais disponíveis na Internet e construção de um banco de dados com 312 publicações; recuperação e codificação dos resumos de 109 artigos científicos; seleção, leitura e análise de 47 artigos científicos. Os resultados foram agrupados em três partes: caracterização geral da produção; o “lugar” da pobreza na literatura psicológica; as temáticas presentes nas produções. A produção acerca do tema é dispersa, heterogênea e possui interseção com outras áreas do conhecimento. Com relação à forma como a pobreza aparece nesses estudos, destacam-se: pobreza como critério para recorte populacional e estudo das consequências psicológicas para os indivíduos; relatos de experiência com populações pobres; caracterização dessas populações; relação da pobreza com outras temáticas sociais; desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem em crianças pobres. De uma forma geral, verifica-se um avanço da Psicologia na produção de conhecimento e atuação com populações pobres. No entanto, ainda é necessário construir teorias e técnicas inovadoras de trabalho, bem como compreender os limites estruturais da atuação profissional com essas populações.

Palavras-chaves: pobreza no Brasil; atuação do psicólogo; produção de conhecimento em Psicologia

Abstract

Poverty is a main theme in Brazil: according to official data, poverty reaches 70 million Brazilian people, and, between them, 20 million are unable to provide their basic needs. Psychology, as a welfare profession, and given its historical concerns with social actions, could not be away from this theme. Based on this, we ask: Which answers Psychology can provide, toward both the production of knowledge and the practice about social reality? The purpose of this paper is to investigate the psychological scientific production on poverty and the propositions, limits and impacts of psychological actions. We carried out a three stages documental based study analyzing Brazilian psychological literature: (1) online databases survey (312 papers identified); (2) 109 scientific abstracts accessed and coded; (3) selected 47 scientific papers read and analyzed. Results are presented in three sections: general description of the selected scientific production; characterization of the role of poverty in psychological literature; and themes presented at the papers. The academic production about the main theme (poverty) is dispersed, heterogeneous, and related to other fields of knowledge. Poverty is presented at these studies in many ways, such as: a criterium for sample design and the assessment of its psychological impacts; reports on professional experience with poor population; descriptions of this population group; relationship between poverty and others social themes; developmental and learning problems of poor children. In general, it appears that Psychology has improved the scientific production and experiences with poor population. However, it is necessary to build up theories and technical innovations and also to understand structural boundaries for professional practice with this population group.

Key-words: poverty in Brazil; psychologist's professional role; scientific production in Psychology

1. Apresentação

As condições de vida da maioria da população brasileira revelam um quadro dramático de destituição e pobreza. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, demonstra que, em 2001, 14,6% da população brasileira estava abaixo da linha de indigência¹ e 33,6%, abaixo da linha de pobreza². Em números absolutos, isso representa mais de 20 milhões de brasileiros em situação de indigência e mais de 50 milhões vivendo em condições precárias de vida³ (IPEA, 2003).

Em 2002, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴ do Brasil, divulgado anualmente através do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), era de 0,775. Apesar da significativa melhora com relação ao valor em 1975 (0,644), o país ainda é considerado de médio desenvolvimento humano (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2004).

O grande número de pessoas e famílias vivendo em situação de pobreza caminha lado a lado, no Brasil, com os altos índices de desigualdade de renda existente entre os

¹ Segundo o IPEA, a “linha de indigência refere-se à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico de um indivíduo” (IPEA, 2002, p. 25).

² Ainda segundo o IPEA, “a linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, considerando-se os gastos com alimentação uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transportes” (IPEA, 2002, p. 25).

³ É importante ressaltar que a população indigente é considerada subconjunto da população pobre, ou seja, o número de indigentes está inserido na população pobre.

⁴ O IDH tem por objetivo oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Além de corrigir o PIB per capita através do poder de compra da moeda de cada país, utiliza outros indicadores relacionados à educação e longevidade. A educação é avaliada pelas taxas de matrículas e índices de analfabetismo; já a longevidade é medida através dos índices de expectativa de vida ao nascer. Os três indicadores – renda, educação e longevidade têm a mesma importância no índice que varia de zero a um.

mais ricos e os mais pobres. A pobreza e a desigualdade são consideradas fenômenos diversos, já que são alvos de medidas diferentes e, até mesmo, conflitantes, podendo ser tratados por mecanismos distintos que minimizem um aspecto sem necessariamente interferir no outro. Entretanto, não podem ser tomados como independentes, pois interagem historicamente e estruturalmente, podendo um reforçar o outro, em medida variável no tempo e no espaço (Abranches, 1989).

Sendo assim, torna-se imprescindível destacar o quadro de desigualdade apresentado pelo IPEA (2003) que revela o índice de Gini⁵ para o ano de 1999, de 59,2, sem apresentar variações expressivas se comparadas com as diversas regiões do país. Em relação a outros países, apenas o coeficiente de Gini da África do Sul e Malavi é maior, ou seja, têm um grau de desigualdade superior ao Brasil.

Ao considerar a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, destaca-se que, no Brasil, a renda média dos ricos representa 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres. Isso coloca o país com pior índice de desigualdade de renda. Além disso, conforme outro indicador, a razão média dos 20% mais ricos da população e a dos 20% mais pobres, recai novamente sobre o Brasil a posição de maior índice de desigualdade⁶. Outro dado mostra que, em 1999, 1% da população concentrava uma parcela de renda superior à da metade de toda a população brasileira. Assim, os índices de desigualdade no país mostram-se alarmantes e têm conseqüências devastadoras para o agravamento da situação de pobreza de parcela considerável da população (Barros, Henriques & Mendonça, 2001).

⁵ O coeficiente de GINI é um dos indicadores consagrados e de uso difundido na literatura para mostrar o grau de desigualdade de renda de uma realidade específica (Barros, R. P., Henriques, R. & Mendonça, R, 2000). Esse índice pode variar entre 0, o que significa que a maioria absoluta da população tem a mesma renda, e chega a um 1, na qual uma fração infinitesimal detém toda a renda.

⁶ Para essas medidas que auferem o índice de desigualdade de renda de um país a partir da razão entre a média de renda dos mais ricos e a dos mais pobres, quanto maior for o valor da renda média dos mais ricos em relação a dos mais pobres, menos justa deve ser considerada a sociedade (Barros, Henriques & Mendonça, 2001).

Os índices alarmantes de pobreza e desigualdade colocam-se como prioridade para qualquer tipo de intervenção desenvolvida no país. A Psicologia, como profissão inserida no campo do bem-estar social e cuja evolução histórica aponta para a busca de uma ação comprometida socialmente com a realidade do país, não pode ficar alheia a essa situação.

Não obstante à tentativa de tornar-se uma profissão de cunho transformador e não apenas assistencial, efetivamente questiona-se quais as respostas que a Psicologia tem dado a esse quadro, tanto no que concerne à produção do conhecimento sobre a questão, quanto no que se refere à intervenção na realidade social. É fato que vários trabalhos vêm sendo desenvolvidos em torno da situação de penúria brasileira, mas boa parte deles consiste em propostas assistencialistas de cunho residual. Tratando-se de uma vertente transformadora em que a Psicologia poderia estar inserida, não há idéia da dimensão de ações desse escopo.

Portanto, considerando a pobreza como condição que afeta uma parte ponderável da população brasileira e a Psicologia como uma profissão situada no campo do bem-estar social, com a responsabilidade de dar respostas às questões sociais, o objetivo do presente trabalho é investigar a produção de conhecimento em Psicologia relacionada ao tema da pobreza. A expectativa é produzir uma análise das proposições da Psicologia para a questão e dos limites e impactos das ações empreendidas pelos psicólogos em suas intervenções.

É nesta perspectiva que se justifica a necessidade deste trabalho: investigar os estudos desenvolvidos pela Psicologia no Brasil voltados para a questão da pobreza, compreendendo o processo de mudanças pelo qual vem passando a Psicologia e suas

perspectivas para o futuro como uma profissão que busca ser, cada vez mais, comprometida com a realidade da sociedade brasileira.

Para tanto, a presente dissertação está dividida em duas partes. Na primeira, é apresentada a fundamentação teórica a partir de levantamento bibliográfico e, na segunda, o percurso metodológico para a realização da pesquisa, bem como os resultados encontrados, a análise e algumas considerações finais acerca do trabalho realizado.

No Capítulo intitulado “Pobreza e ‘questão social’: delimitações teóricas”, são apresentadas algumas definições encontradas na literatura acerca do tema, considerando tanto a diversidade quanto a dificuldade de conceituação inerente ao fenômeno. Inicialmente, ressalta-se a confusão existente em alguns estudos que, ao definirem pobreza, recaem sobre a questão da sua medição. Nesse caso, é comum o uso das chamadas linhas de pobreza como forma de sua definição. No entanto, percebe-se uma tentativa de alargamento do entendimento do tema, principalmente no que se refere à introdução de outras dimensões além da insuficiência de renda característica das linhas de pobreza. O entendimento proposto no trabalho toma como base a obra marxiana, em que a pobreza surge como uma das manifestações da “questão social”, a ser tratada pelo Estado, e suas modificações como resultantes das transformações contemporâneas nas relações de produção, sem, no entanto, perder-se em teorias que propõem a existência de uma “nova questão social” e de outras denominações para a pobreza, como a “exclusão social”. De uma forma geral, localiza-se a pobreza como realidade intrínseca, porém não exclusiva, do modo de produção capitalista, discutindo, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos marxianos, como essa questão vem sendo tratada por políticas sociais, dentro dos marcos do Estado capitalista.

No Capítulo “Políticas Sociais: enfrentamento da ‘questão social’”, discute-se o desenvolvimento das políticas sociais no modo de produção capitalista, em especial, no Brasil. Apresenta-se um histórico de como o Estado vem lidando com a questão da pobreza, principalmente no período após a década de 1930, com destaque para o ideário neoliberal na conformação atual dessas políticas.

Em seguida, no Capítulo “A Psicologia em busca do ‘compromisso social’”, é apresentado um breve histórico acerca do surgimento e desenvolvimento da Psicologia no Brasil, com destaque para os momentos e as formas pelas quais a profissão foi se aproximando das populações pobres. Além disso, discute-se a inserção da Psicologia no campo de bem-estar social, resultado de uma ampliação do leque de possibilidades de atuação que passa a abarcar parcelas mais pobres da população que antes não eram foco do trabalho desse profissional. Neste momento, ressaltam-se não só as possibilidades abertas por áreas específicas, como a Psicologia Comunitária, já em meados da década de 1960, mas também o processo de inserção de profissionais no campo de saúde, com a implantação do Sistema Único de Saúde. Em paralelo, ocorre um movimento, encabeçado pelas principais entidades representativas da profissão, que vem sendo denominado de ‘compromisso social’ e que chama os profissionais a atuarem de forma mais comprometida com a realidade brasileira. Assim, procura-se entender esse processo de mudança na profissão, não só como um movimento intrínseco, mas também como resultado de uma série de transformações pelas quais vem passando a sociedade capitalista.

Na Parte II, o capítulo “Percurso Metodológico” apresenta as etapas seguidas para a realização do trabalho. São elas: construção de banco de dados documentais; seleção e análise geral dos documentos do banco de dados; e, por último, seleção e análise temática dos documentos.

A apresentação e análise dos resultados estão estruturadas em três capítulos. No primeiro, intitulado “Produção de conhecimento em Psicologia: tendências gerais e particularidades relacionadas ao tema pobreza”, são apresentados dados sobre publicação, autoria e tipo de produção. No capítulo “Caracterização da produção: o “lugar” da pobreza no conhecimento psicológico brasileiro” destacam-se as temáticas encontradas nos trabalhos estudados, com o intuito de situar as discussões acerca da pobreza nos diversos campos de conhecimento da Psicologia. O Capítulo “Pobreza: temas e discussões da Psicologia” discute, a partir da leitura na íntegra dos artigos científicos selecionados, de forma mais detalhada as temáticas presentes no universo estudado.

Por último, o capítulo “Algumas considerações acerca das possibilidades e limites da Psicologia no enfrentamento da pobreza no Brasil” retoma algumas questões teóricas desenvolvidas ao longo do trabalho, articulando-as com os resultados encontrados no decorrer da pesquisa. Para tanto, foram eleitos dois eixos de análise: o primeiro refere-se à influência das reflexões acerca da pobreza, encontradas na literatura estudada, nos estudos produzidos na área de Psicologia; o outro eixo discute as possibilidades de aproximação das camadas pobres no processo de desenvolvimento da Psicologia, como ciência e profissão, e os limites da atuação com essas populações.

Parte I

Fundamentação teórica

2. Pobreza e “questão social”: delimitações teóricas

“Todo modo de produção tem suas leis próprias de população, válidas dentro de limites históricos. Uma lei abstrata da população só existe para plantas e animais, e apenas na medida em que esteja excluída a ação humana” (Marx, 1988, p. 733).

Trabalhar com o fenômeno da pobreza é enfrentar enormes desafios teóricos e metodológicos. Não há consenso, nem por parte dos estudiosos nem dos organismos governamentais, quanto à definição e às formas de avaliação da pobreza. Tome-se como exemplo, a recorrente confusão entre as tentativas de definição da pobreza e suas mais variadas formas de medição. É comum, na literatura, a existência de trabalhos que discutem a pobreza a partir de parâmetros estritos de medição que separa a população entre pobres e não-pobres⁷

As principais fontes para a delimitação da pobreza no Brasil são as pesquisas domiciliares nacionais desenvolvidas, principalmente, pelo IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). As estatísticas resultantes classificam a pobreza em dois tipos: pobreza absoluta e pobreza relativa. A primeira identifica as pessoas que estão abaixo de um padrão de vida considerado minimamente aceitável, ou seja, que não são capazes de prover as suas necessidades básicas de existência. Já a

⁷ Tomem-se como exemplo os estudos de Rocha, S. (2000, 2001, 2004), Barros, R. P., Henriques, R. & Mendonça, R. (2001), que integram o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e que privilegiam, em suas análises, a questão monetária.

pobreza relativa classifica os indivíduos que estão com um nível baixo de rendimentos em relação à sociedade em que vivem (Schwartzman, 2004).

As formas de medição da pobreza são alvo de inúmeros estudos que tentam construir um quadro que represente as condições de vida da população brasileira, com o objetivo de dar suporte às políticas governamentais de combate à pobreza, ou construir instrumentos utilizados por diferentes instituições que se debruçam sobre a temática no país. No entanto, o estabelecimento de indicadores de pobreza não tem significado consenso entre os diferentes pesquisadores. As dificuldades inerentes ao processo de caracterização da população, além da falta de parâmetros homogêneos de análise, dificultam a construção de resultados que retratem a realidade brasileira. De acordo com Schwartzman (2004), dependendo do tipo de estudo, os números de pobres e indigentes no país podem variar de 8 a 64 milhões. Essa diversidade tem como consequência a existência de dados diferentes e, até mesmo, incompatíveis, acerca da pobreza no Brasil.

O estabelecimento das chamadas “linhas de pobreza” caracterizam a maioria das pesquisas sobre pobreza no Brasil. Essas linhas objetivam traçar um limite imaginário na população dividindo-o entre pobres e não-pobres a partir do critério de insuficiência de renda estabelecido por hábitos de consumo e necessidades calóricas mínimas. Assim, localizam-se os indivíduos incapazes de manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em determinado local e momento histórico (Barros, Henriques & Mendonça, 2000).

Para o estabelecimento das linhas de pobreza e indigência é necessário, inicialmente, definir quais as necessidades calóricas para sobrevivência de determinada população. Em um segundo momento, é estabelecido, segundo as particularidades de cada região, o valor de uma cesta que contemple as necessidades definidas acima. Por último e de forma menos marcante, estabelece-se o valor das necessidades não

alimentares essenciais para a sobrevivência das famílias, como moradia, vestuário, entre outros (Rocha, 2000).

Estabelecidas as linhas de pobreza e indigência, são definidos como pobres aqueles que não dispõem dos meios para atender às necessidades de alimentação, nem às demais necessidades de vestuário, educação, despesas pessoais, habitação, etc. E, nesse caso, refere-se à população que se encontra abaixo da linha de pobreza. Os considerados indigentes são aqueles incapazes de atender às necessidades alimentares básicas e, portanto, se encontram abaixo da linha de indigência (Rocha, 1995).

Para efeito de comparações internacionais, o Banco Mundial adota, como linha de pobreza, a renda de 2 dólares americanos por dia *per capita* e, como linha de indigência, 1 dólar americano *per capita*. Ambas utilizam uma taxa de câmbio de paridade que elimina as diferenças entre o custo de vida nos diferentes países. Outros organismos, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), propõem uma linha de indigência baseada em informações sobre a estrutura de custos de uma cesta alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. O governo brasileiro não estabelece linhas oficiais de indigência e pobreza, usando, como referência para as suas ações, a proporção de pessoas que possuem rendimento familiar *per capita* de até meio salário mínimo ou de até um quarto do salário mínimo por mês (Presidência da República, 2004).

Apesar da diversidade de pesquisas, na literatura, são encontradas inúmeras críticas à utilização da renda como único elemento de definição da população pobre. Segundo Soares (2001), a determinação da linha de pobreza apresenta controvérsias, já que existem diferentes definições e metodologias encontradas nos diversos estudos. Esse autor cita trabalhos que utilizam critérios diferentes para definirem a linha de pobreza como, por exemplo, a utilização do valor de uma cesta básica como medida de

consumo ou a utilização de múltiplos do salário mínimo. Devido à incompatibilidade de muitos estudos e metodologias utilizadas, uma família pode ser considerada pobre ou não por diferentes analistas (Nunes, 1990). Além disso, as informações obtidas através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) não contêm dados de pequenos municípios e distritos, que são contemplados apenas nos censos decenais. Outro problema desses indicadores é a falta de medição da renda não-monetária advinda, por exemplo, de ajudas familiares ou auxílios governamentais, que representa boa parte da sobrevivência das famílias carentes. Estudos da década de 1980 apontam que, no Brasil, as famílias que ganham até um salário mínimo, possuem uma parte de renda não-monetária de 50% do total. Esse dado expõe as limitações dos estudos que consideram a renda como único indicador das condições de vida da população pobre (Schwartzman, 2004; Soares, 2001). Por último, destaca-se a variação existente de uma região para outra com relação ao custo de vida.

Todavia, a importância da renda, como definição da condição de pobreza, é indiscutível. Ela possibilita aos organismos governamentais um critério, mesmo que impreciso, para o delineamento de políticas públicas de enfrentamento e priorização da pobreza. Porém, a sua deficiência consiste em não permitir uma aproximação maior das reais condições de vida da população, já que um mesmo nível de renda pode significar condições de vida diferentes (Barros et al., 2000; Troyano, Hoffmann & Ferreira, 1990).

À problemática da medição acrescenta-se a impossibilidade de dar conta de um fenômeno tão complexo como a pobreza, a partir de definições que a tomam como um conjunto homogêneo, desconsiderando uma ampla gama de fatores presentes e que caracterizam a sua diversidade. Alguns recortes são necessários para uma maior proximidade da diversidade dessa população. No entanto, a prevalência de estudos que privilegiam a questão monetária é, para Demo (2003), não só uma redução da

complexidade do fenômeno da pobreza, mas também a renda parece ser o aspecto que mais se adequa às metodologias quantitativas de mensuração utilizadas.

Todavia, destaca-se a existência de estudos que tentam uma aproximação do fenômeno da pobreza que transcenda o aspecto monetário. Diante da complexidade do objeto, esses estudos privilegiam algumas dimensões que integram ou são acessórias ao fenômeno, ou ainda elegem uma ou mais categorias de análise⁸.

Não obstante as diversas tentativas de definições e ampliação para além da questão monetária, o que parece estar subjacente é a impossibilidade de se tomar a pobreza como um fenômeno único, fechado e separado da realidade social contemporânea. Em outras palavras, a inclusão de dimensões que possam dar conta desta complexidade resulta do equívoco de pensar a pobreza como fenômeno isolado da organização societária. O problema não reside apenas em considerar a renda ou dimensões específicas relacionadas como fatores principais de definição, mas tratar a pobreza como entidade isolada da forma de estruturação das sociedades.

Dessa forma, propõe-se entender a pobreza como totalidade histórica, em que é impossível separá-la das suas condições de produção e que se articula com a forma de organização societária vigente.

Analisar o fenômeno da pobreza significa, portanto, entender as leis sobre as quais se assenta o modo de produção capitalista, além de tentar inseri-lo no momento atual de transformação pela qual vem passando a sociedade, e sua estruturação na

⁸ Demo (1986; 2002) propõe que o cerne da questão da pobreza não é a insuficiência de renda, mas a exclusão política, ou seja, o problema da desigualdade estrutural e histórica, para isso utiliza o termo “pobreza política”; Para Abranches (1989) “ser pobre significa consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte” (p. 16). Nesse caso, a pobreza envolveria a destituição dos meios de sobrevivência física; a marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso as oportunidades de emprego e renda; e, por último, a desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar; Lessa, Saim, Soares & Daim (1997) definem o fenômeno como a “precariedade de inserção dos pobres em um ou mais dos seguintes circuitos: produção, consumo, acesso/fruição dos bens públicos e cidadania” (p. 64).

realidade específica brasileira (Soto, 2003). Para tanto, a pobreza é tratada como umas das manifestações da questão social que, segundo Mészáros (2002), foi, ao longo do último século, intensificada com a invasão e subjugação do capital em todos os campos do nosso planeta.

Em outras palavras, a compreensão da pobreza aqui assumida impõe a necessidade de articulá-la diretamente às condições histórico-sociais de desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista e, conseqüentemente, do surgimento da “questão social”.

Conquanto esta análise considere as determinações específicas da sociedade capitalista, sabe-se que a pobreza é condição inerente, mas não exclusiva, do capitalismo. No sistema feudal, predominante durante a Idade Média, os camponeses, ou vassalos, que viviam sob a “proteção” dos senhores, precisavam trabalhar, a maior parte do tempo, no cultivo das terras do feudo. Apenas uma pequena parte do seu trabalho era destinada à produção para o seu próprio consumo, o que muitas vezes era insuficiente para dar conta das necessidades de toda a família, levando-os a viver em condições de extrema pobreza (Huberman, 1986).

No entanto, a despeito da indiscutível presença da pobreza nas formas de organização societárias precedentes, com o início do processo de industrialização na Inglaterra, no final do século XVIII, a pauperização da classe trabalhadora imprime uma dinâmica radicalmente nova à pobreza. Diferentemente do período anterior, ela não resulta de um quadro geral de escassez, mas da própria capacidade de desenvolvimento das forças produtivas de acumular cada vez mais riquezas. Em outras palavras, a pobreza se exacerba não mais por uma ausência de condições de produção de riqueza, mas torna-se presente num momento em que o intenso desenvolvimento da indústria sinaliza a possibilidade de redução e, até mesmo, de supressão da pobreza. Desta forma,

o capitalismo, como modo de produção gerador de riqueza, mantém um contingente expressivo de trabalhadores em situação de miséria, de forma que o aumento do capital se intensifique e que o capitalismo cresça, revelando que “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001, p. 153).

Engels (1985), em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, ilustra bem as condições de vida do proletariado no início do processo de desenvolvimento da indústria moderna:

A maneira como a sociedade atual trata os pobres é verdadeiramente revoltante. Atraem-nos para as grandes cidades, mas respiram uma atmosfera muito pior do que na terra natal. Designam-lhes bairros cuja construção torna o arejamento muito mais difícil que em qualquer outro local Constroem-lhes casas onde o ar viciado não pode circular. Dão-lhes roupas esfarrapadas, alimentos adulterados ou indigestos. Expõem-nos às mais vivas emoções, às mais violentas alternativas de medo e de esperança; perseguem-nos como caça, nunca os deixando descansar, não os deixam gozar uma existência tranqüila... E se isto não bastar, se resistirem a tudo isto, são vítimas de uma crise que os transforma em desempregado e que lhes retira o pouco que até então lhes tinha deixado (Engels, 1985, p. 117)

A passagem acima retrata o processo de pauperização absoluta, ou seja, o empobrecimento real de parte da população com o processo de desenvolvimento da indústria capitalista. No entanto, é importante destacar que, mesmo com a melhora considerável nas condições de vida da população se comparada com essa época, vê-se que o grau de exploração do trabalho continua crescendo em relação ao acúmulo de capital, o que caracteriza a pauperização relativa da classe trabalhadora.

A análise marxiana da necessidade de existência de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva revela a indissociabilidade da acumulação capitalista e da piora das condições de vida de parte da população. Segundo Marx:

Mas, a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (Marx, 1988, p. 731)

O desenvolvimento da indústria moderna altera significativamente a composição orgânica do capital, isto é, é cada vez maior o crescimento do capital constante, meios de produção, em detrimento do capital variável. A introdução crescente de maquinaria (capital constante), por exemplo, aumenta consideravelmente a produtividade da força de trabalho, sem significar necessariamente a introdução de novos trabalhadores ou, até mesmo, resultando na expulsão de parte daqueles antes necessários para a produção. Desta forma, para Marx:

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo de outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual do capitalista (Marx, 1988, p.738).

Assim, apesar de a discussão da pobreza não ser elemento central de sua obra, Marx consegue, através da análise acerca da lei geral de acumulação capitalista, revelar que a acumulação de capital implica necessariamente determinadas conseqüências para as condições de vida da população. A articulação do desenvolvimento da indústria moderna com a necessidade de criação de um exército industrial de reserva, bem como o processo de pauperização da população demonstram a articulação intrínseca desses elementos ao processo de acumulação de capital. Desta forma, a despeito das enormes transformações e mutações da sociedade capitalista, os elementos fundamentais continuam a constituir-se como essenciais para a compreensão da lógica de produção capitalista. É indiscutível a existência de outros fatores que influem e modificam a forma de organização da sociedade, todavia esses elementos ajudam a compreender a forma pela qual a pobreza compõe a lógica de produção capitalista.

Dessa forma, a partir do descortinamento da forma de organização da sociedade capitalista e sua lei geral de acumulação capitalista, é possível vislumbrar a pobreza como elemento constitutivo do seu desenvolvimento. A possibilidade de sua supressão estaria, irremediavelmente, subordinada à superação da própria sociedade burguesa (Netto, 2001).

Diante da impossibilidade de manter as classes trabalhadoras empobrecidas em posição passiva frente a um processo de pauperização progressiva, representando uma ameaça real às instituições sociais, em particular, e à ordem burguesa de uma forma geral, o pauperismo passa a ser denominado de “questão social” (Netto, 2001).

O surgimento da expressão “questão social”⁹ representa o reconhecimento, por parte do Estado capitalista, da necessidade de enfrentamento de determinados problemas sociais¹⁰, resultado da estruturação do modo de produção capitalista, que afetam grande parte da população e que, em certo momento, podem abalar a manutenção da sociedade burguesa.

A legitimação dos problemas sociais como “questão social” confunde-se com o desenvolvimento do capitalismo. Seu surgimento data da terceira década do século XIX, com a finalidade de responder ao processo de pauperização das classes trabalhadoras, decorrente da instauração do capitalismo industrial-concorrencial, que teve sua expressão máxima na Inglaterra, por volta do século XVIII. Concomitantemente, eclodem movimentos da classe operária que denunciam suas péssimas condições de vida e reivindicam limites para a exploração desmedida da força de trabalho. Nesse

⁹ A utilização de aspas na expressão revela o seu caráter mistificador que foi assumido pelo pensamento conservador, tanto laico como confessional, ao propor formas de combate às manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa (Netto, 2001).

¹⁰ Conh (2000) diferencia problema social de “questão social”. O primeiro refere-se a coisas e fenômenos indesejáveis na sociedade, porém aceitáveis de se conviver. Já a “questão social” está ligada ao reconhecimento de alguns desses fenômenos como legítimos, devendo, portanto, ser enfrentados pela coletividade, de forma regular e permanente.

momento, a “questão social” é colocada no centro da cena política (Netto, 2001; Pastorini, 2004).

A “questão social” significaria, desta forma, o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista (Cerqueira Filho, 1982). Para Iamamoto e Carvalho (1990), é “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia” (p. 77).

Diante do exposto, percebe-se a impossibilidade de discussão da “questão social” e de suas principais manifestações – desigualdade, fome, pobreza – como independente das condições de exploração da sociedade capitalista. Sua análise só faz sentindo na medida em que considera a contradição fundamental presente na relação capital/trabalho e todas as suas conseqüências para as condições de vida da grande maioria da população. No entanto, para Netto (2001), a exploração constituinte da sociedade capitalista seria apenas a determinação molecular, já que é necessário considerar os componentes históricos, políticos e culturais, o que implica as diversas manifestações da “questão social” nos diferentes estágios capitalistas.

No Brasil, resultado do seu desenvolvimento industrial tardio, a “questão social” só surge na década de 1930, após a abolição da escravatura e o nascimento do trabalho livre, momento em que os trabalhadores passam a ser possuidores da sua força de trabalho, podendo vendê-la aos capitalistas. Nesse período, aflora, no seio da sociedade, a luta contra a exploração do capital, ameaçando a ordem burguesa em ascensão, calcada em seus princípios mais caros de manutenção da moral, religião e ordem pública. Torna-se necessário, portanto, o controle social da força de trabalho, através da imposição de uma regulamentação por meio do Estado (Iamamoto & Carvalho, 1990).

A eclosão dos movimentos sociais, formada também por integrantes da classe dominante, Igreja e Estado, traz à tona, na realidade brasileira, as duras condições de vida da maioria da população. Somam-se a isso a formação da classe operária e sua entrada no cenário político, pressionando pelo reconhecimento da sua cidadania social. As condições às quais estão submetidos os jovens operários e suas famílias são gritantes, colocando em risco a própria reprodução da força de trabalho. As reivindicações, antes tratadas como caso de polícia, passam a adentrar o Estado, traduzindo-se em direitos sociais, mesmo que deficientemente e voltados apenas para alguns segmentos. Isso não significa que diminuem as repressões aos movimentos organizados de trabalho, visto que a manutenção da ordem burguesa não pode prescindir tanto dos elementos de repressão, como dos de integração, cuja efetivação de políticas sociais é emblemática (Iamamoto & Carvalho, 1990).

O surgimento dos direitos sociais voltados, especificamente, àqueles indivíduos inseridos no mercado formal de trabalho está presente até os dias atuais, através de políticas e programas sociais com caráter diferenciado e que se dirigem a dois grupos diferentes: os cidadãos com vínculo formal no mercado de trabalho e os pobres. As políticas voltadas para os primeiros são financiadas através de recursos diretos da União a partir das contribuições prévias tanto dos trabalhadores como dos empregadores. Já para os segundos, os recursos são advindos de fontes específicas. Dessa forma, os direitos sociais no Brasil assumem traços de filantropia e assistencialismo quando voltados para os pobres, e de privilégio no caso dos indivíduos com vínculo empregatício (Conh, 2000).

A partir da década de 1970, surge uma tendência para analisar a “questão social” como uma “nova questão social” que se diferenciaria de momentos históricos

precedentes e, por isso, demandaria uma intervenção distinta da utilizada até aquele momento. É nesse período que surgem as análises que afirmam a falência do *Welfare State* e propõem novas formas de intervenções baseadas, principalmente, no chamado “terceiro setor”.

A proposição de uma “nova questão social” associa-se à idéia de que as mudanças no mundo capitalista representariam o fim das lutas de classes, o que resultaria na falência do marxismo como modelo explicativo para a nova realidade. Além disso, “a nova questão social” estaria ancorada na idéia de exclusão social, que possibilitaria ir além das “velhas” questões de luta de classes e desigualdades capitalistas¹¹.

O conceito de exclusão social surge na literatura francesa por volta das décadas de 1950 e 1960, a partir da constatação dos autores com relação ao aumento da pobreza e da incapacidade do Estado para responder a uma demanda crescente de intervenção no campo social (Demo, 2002). Desde então, o termo é usado como conceito sociológico que trata dos problemas das camadas populares, consequência da exclusão do mercado de trabalho, da proteção do Estado ou do acesso e permanência na escola. Esse conceito tem como foco principal a questão da pobreza relacionada aos fenômenos do desemprego e subemprego, que configuram a chamada “nova questão social”.

A exclusão social, como substituto da “questão social”, aparece como categoria de orientação conservadora, que não toca nas contradições inerentes ao sistema capitalista. Essa orientação se traduz em políticas de inserção ou inclusão que pretendem uma acomodação dos indivíduos à ordem estabelecida (Pastorini, 2004).

¹¹ Segundo Pastorini (2004), os principais autores que discutem a existência de uma “nova questão social” e que propõem novas formas de enfrentamento, diferentes das gestadas durante a experiência do Estado de Bem-estar Social, são Rosanvallon, Castel, Heller e Féhér.

Ademais, o conceito revela uma perspectiva funcionalista de sociedade que entende a pobreza como uma disfunção, passível de ser remediada sem alterar o *status quo*, a partir de medidas que pretendem tão somente o ajustamento do pobre à ordem estabelecida. O uso do conceito de “exclusão social” dificulta ou, mesmo, encobre, os processos que produzem a pobreza, desviando o foco da relação de contradição fundamental entre capital e trabalho (Ribeiro, 1999).

Além disso, segundo Ribeiro (1999), a “exclusão social” é caracterizada por uma imprecisão conceitual, já que a “exclusão” está incluída na própria dinâmica do processo de produção capitalista. Para a autora, mesmo estando impossibilitado de vender a sua força de trabalho, o desempregado está inserido nas relações capitalistas, já que necessita da mercadoria para atender as suas necessidades básicas. Além disso, destaca-se o viés ideológico que desloca a atenção da luta de classes, que se dá no coração da produção capitalista, para a luta por políticas sociais compensatórias.

Em que pese a existência de diferentes versões da “questão social” nos diferentes estágios capitalistas, há traços que perduram no decorrer da história e que são resultado das contradições e antagonismos de classe, mas que revelam as especificidades históricas de cada formação socioeconômica. Como já foi discutido, a “questão social” nasce no seio do desenvolvimento da sociedade capitalista, a partir de suas formas de organização e contradição. Dessa forma, a possibilidade da morte de uma velha “questão social” e o conseqüente surgimento de uma nova resultariam na supressão dos traços característicos da sociedade burguesa, alicerçada na contradição capital/trabalho, o que não aconteceu até o momento, apesar das inúmeras transformações e renovações pelas quais vem passando o atual modo de produção capitalista (Netto, 2001; Pastorini, 2004).

No entanto, é indiscutível que, ao longo do tempo, as formas pelas quais a “questão social” se apresenta sofreram modificações. Suas manifestações contemporâneas são expressão da crise que enfrenta o sistema capitalista internacional e do esgotamento do modelo fordista-keynesiano (Pastorini, 2004). Para entender a “questão social” tal qual se configura contemporaneamente, é necessário remeter-se ao contexto mais amplo da reestruturação produtiva. Além disso, é imprescindível compreender o papel assumido pelo Estado no enfrentamento de suas manifestações, com especial destaque para a proposta presente no *Welfare State*, seu esgotamento e ascensão da agenda neoliberal¹².

Inicialmente, destaca-se o papel assumido pelo processo de reestruturação produtiva com o intuito de caracterizar a forma pela qual a “questão social” se apresenta atualmente. Com a flexibilização do mundo do trabalho, característica do processo de reestruturação produtiva, vem se configurando a criação de um exército cada vez maior de desempregados e de pessoas abrigadas no mercado informal de trabalho, o que consiste em um aumento crescente do contingente da pobreza.

A partir da década de 1970, o capitalismo começa a dar sinais de crise. De acordo com Antunes (2002), as principais características dessa crise são: queda da taxa de lucro decorrente do aumento do valor da força de trabalho, resultado da intensificação das lutas sociais; esgotamento do taylorismo/fordismo como padrão de acumulação vigente até aquele momento, já que não conseguia mais responder à retração do consumo, conseqüência do aumento do desemprego estrutural; priorização do capital financeiro em detrimento da esfera produtiva; crise do *Welfare State*; e, por

¹² As conseqüências do encolhimento do Estado na esfera social, decorrente da crise do *Welfare State* e da agenda neoliberal, serão discutidas mais adiante neste trabalho.

último, o aumento crescente de privatizações, desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos.

Como resposta à crise, há um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, a partir dos princípios neoliberais de supremacia do mercado¹³. No plano da acumulação, é introduzida uma série de mudanças que resultaram na substituição, pelo menos em parte, do fordismo¹⁴ pelo toyotismo¹⁵ e pela acumulação flexível. Essas mudanças ocorrem a partir dos anos 1980, principalmente nos países de capitalismo avançado. São elas: inovações tecnológicas, automação, robótica e microeletrônica; flexibilização da produção; introdução do modelo toyotista; desregulamentação e flexibilização dos direitos do trabalho e a conseqüente substituição, ou mesmo, eliminação dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores; e, por último, o controle dos trabalhadores passa da coerção para o envolvimento manipulatório, a partir de processos participativos dentro da empresa (Antunes, 1995).

Todas essas mudanças no mundo do trabalho tiveram um forte impacto no aumento da pobreza e desigualdade no mundo capitalista contemporâneo. Dessa forma, na discussão sobre a “questão social” atual não podem ser deixadas de lado essas novas configurações que, apesar de não terem alterado o núcleo duro do modo de produção

¹³ O neoliberalismo e suas conseqüências para o quadro atual de políticas sociais serão também discutidos mais adiante.

¹⁴ Resumidamente, o fordismo é a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX. Suas principais características são: produção em massa, linha de montagem, produtos mais homogêneos, controle do tempo e dos movimentos pelo cronômetro, produção em série, trabalho parcelar, fragmentação das funções, separação entre elaboração e execução do processo de trabalho, existência de unidades-fábricas e operário-massa (Antunes, 1995).

¹⁵ Segundo Antunes (2002), o taylorismo consiste em “num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada de computadores no processo produtivo e de serviços” (pp. 52)

(contradição capital/trabalho), modificaram radicalmente as formas de organização e inserção da classe trabalhadora.

A retração do trabalho industrial e fabril, aliada à flexibilização das novas formas de contrato de trabalho (terceirização, contratos temporários, entre outros), incrementou sobremaneira o número de desempregados e daqueles passíveis de serem expulsos a qualquer momento do mercado de trabalho. Dessa forma, a pobreza, como condição inerente da desigualdade presente na sociedade capitalista, foi acrescida daqueles que antes possuíam vínculo formal com o mercado (Pastorini, 2004; Telles, 2001).

Aqui reside, de acordo com Pastorini (2004), a novidade que pode refletir-se na discussão acerca de uma nova pobreza. É essa nova característica que atinge segmentos populacionais antes não afetados pela condição de pobreza, em virtude de sua inserção no mercado formal de trabalho, que consiste em uma nova face da pobreza sem, no entanto, desconsiderar suas determinações e implicações arraigadas à estruturação da sociedade capitalista.

Por outro lado, a flexibilização ou, mesmo, a anulação dos direitos sociais historicamente conquistados pelas organizações de trabalhadores reduziram o poder de pressão por melhores condições de trabalho e salário. Os sindicatos passaram a lidar com uma massa de trabalhadores cada vez mais heterogênea já que, por exemplo, em uma mesma empresa, podem coexistir diferentes tipos de trabalhadores, com vínculos empregatícios diversos. Além disso, a possibilidade sempre presente de demissões reduziu a força de reivindicação por melhores condições de trabalho, substituído por uma tentativa constante de manutenção dos postos já existentes, seja qual forem as suas condições. Ademais, a informalidade e a subcontratação a que está submetido um maior

número de trabalhadores, retiram deles a possibilidade de serem protegidos, mesmo que precariamente, por políticas sociais garantidoras de algum tipo de assistência (Pastorini, 2004).

Dessa forma, conquanto a “questão social” continue expressão das contradições inerentes ao sistema capitalista, no que se refere à forma pela qual vem reproduzindo e acumulando capital, sua manifestação contemporânea revela mudanças que são resultado do desenvolvimento capitalista e de suas novas configurações. No entanto, essas mudanças não significam o sepultamento do que é fundamental na “questão social”, o que significaria, não é demais repetir, a supressão da sociedade burguesa e, só assim, a possibilidade de surgimento de uma “nova questão social”. Essa discussão tenta tirar de foco o que é fundamental, tornando os novos movimentos sociais superficiais, ao reinvidicarem ações pontuais e paliativas, ora por parte do Estado, ora por parte de uma sociedade cada vez mais voltada para princípios assistencialistas. A luta de classe, expressão máxima da contradição capital/trabalho, é afastada desses movimentos e do entendimento do que seja fundamentalmente a “questão social”.

Diante do exposto, entende-se que, para a análise do fenômeno da pobreza, é imprescindível compreender como está organizada a sociedade contemporânea e a lógica de produção vigente, além da compreensão acerca da forma como essa sociedade vem enfrentando a “questão social” e suas manifestações. Em outras palavras, o entendimento da pobreza passa necessariamente pela discussão acerca das manifestações atuais da contradição fundamental capital/trabalho, bem como das políticas desenvolvidas pelo Estado para lidar com tal contradição. Não se pretende, portanto, esgotar as possibilidades de definição e conceituação da pobreza, mas apenas

situá-la de modo mais ampla na lógica de organização societária, compreendendo, assim, os limites e possibilidades das ações empreendidas para seu combate.

3. Políticas Sociais: enfrentamento da “questão social”

Antes de entrar nas políticas sociais propriamente ditas, é necessário discutir um pouco a forma pela qual o Estado Capitalista vem se configurando a partir de sua função de manutenção da reprodução capitalista. As primeiras análises marxianas colocavam o Estado como representante dos interesses da classe detentora dos meios de produção, a classe burguesa¹⁶. Dessa forma, o Estado teria como função primordial garantir os interesses dos proprietários em detrimento da classe operária. O alargamento dos direitos políticos e sociais, no final do século XIX e no decorrer do século XX, reflete mudanças no Estado, com a introdução, mesmo que limitada, de interesses das classes operárias (Coutinho, 2000).

A impossibilidade de lidar com as reivindicações da classe trabalhadora apenas por meio da repressão abre um terreno propício para a implantação de políticas sociais que seriam a expressão da concessão, por parte do Estado, de direitos aos trabalhadores, como forma tanto de garantia de reprodução da força de trabalho, salário indireto, como de controle social, manutenção da ordem capitalista. Segundo Pastorini (2004), as políticas sociais teriam como meta o enfrentamento daquelas situações que podem colocar em xeque a ordem burguesa.

Historicamente, a “questão social”, como alvo de políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, está diretamente relacionada a novas demandas postas pela transição do capitalismo em estágio concorrencial para o monopolismo. Esta nova configuração do

¹⁶ No Manifesto Comunista, Marx e Engels colocam o Estado como “comitê para gerir negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 1998, p. 7).

capitalismo, que data do último quartel do século XIX, busca o acréscimo dos lucros através do controle de mercados.

Essa nova etapa de desenvolvimento capitalista demanda uma intervenção direta do Estado, tanto em termos econômicos como em termos políticos. Estes últimos, essenciais para o entendimento das políticas sociais, tornam-se base de sustentação para medidas econômicas tomadas pelo Estado como garantia da viabilidade dos lucros do monopólio. Nesse sentido, é necessária uma maior legitimação do Estado através do alargamento de sua base de sustentação (Netto, 2001).

Paralelo à constituição dos monopólios, destaca-se o movimento organizativo dos trabalhadores que reivindica melhores condições de vida e que, efetivamente, pode ameaçar a ordem burguesa. Assim, as políticas sociais como possibilidade, mesmo que limitada, de enfrentamento da “questão social” seriam a forma de o Estado preservar e controlar a classe trabalhadora, garantindo a realização dos lucros dos monopólios. Ademais, a forma como foram sendo implantadas as políticas sociais, fragmentando e parcializando a “questão social”, impede, até certo ponto, o real entendimento de que o seu enfrentamento só tem sentido na luta pela supressão da contradição capital/trabalho (Netto, 2001).

Deste modo, as políticas sociais representariam a construção de um aparato institucional-legal que garante determinadas condições de trabalho como, por exemplo, a regulação da jornada de trabalho e a oferta de serviços sociais que se transformam em benefícios complementares ao salário pago pelo capitalista.

Esse tipo de análise das políticas sociais reconhece a sua íntima articulação com o processo de reprodução do capital. Apesar de elas serem composta por elementos que não só econômicos, como a correlação de força políticas, não podem ser tomadas como

independentes da estruturação do capital. Assim, as políticas sociais nascem em determinado contexto histórico para dar conta de necessidades advindas das reestruturações do capital, e vão se metamorfoseando sempre que surgem novas necessidades.

No entanto, não se pode deixar de lado o papel que as forças sociais tiveram nesse processo de organização das políticas sociais. É interessante a análise feita por Faleiros (2000) ao discutir quais seriam os limites postos para o avanço dos direitos sociais, ou seja, para a criação e implementação de políticas sociais. Segundo esse autor, o limite mínimo seria o atendimento das necessidades da classe trabalhadora que garantisse a sua reprodução como força de trabalho. Por outro lado, o máximo estaria situado na fronteira da transformação da sociedade capitalista em um outro tipo de organização societária, o socialismo, já que o atendimento pleno dos direitos dos trabalhadores seria incompatível com a reprodução do capital. As variações entre os limites dependeriam de forças sociais que ora tenderiam ao atendimento mínimo, ora ao máximo possível.

É importante ressaltar que a efetivação das políticas sociais é um processo conflituoso que envolve disputas de poder, cujos segmentos sociais que possuem mais capacidade de pressão são justamente aqueles que não dependem do Estado para sobreviver. Em outras palavras, a população que vive em condições de pobreza possui menor capacidade de intervir nos caminhos que as políticas sociais vão tomar, já que ela está presa a sua condição de dependência da ajuda estatal. Dessa forma, o processo envolve uma série de escolhas políticas baseadas no dilema político-econômico entre os objetivos de acumulação e de expansão, inerentes ao capital, e as necessidades básicas dos cidadãos. No entanto, segundo Abranches (1989), sempre há possibilidade de

escolha em favor do aumento da equidade entre os cidadãos, mesmo diante das restrições impostas pelo padrão de acumulação.

Diante do exposto, percebe-se a impossibilidade de discutir as políticas sociais apenas como escolhas políticas, ou como puro reflexo das necessidades postas pelo capital. No entanto, é visível que a sua implementação não visa, pelos menos nos marcos da sociedade contemporânea, a um equacionamento da “questão social” ou, em outras palavras, ao atendimento integral dos direitos das classes trabalhadoras.

Apesar de deficiências teóricas, é vasta, na literatura, a proposição de tipologias¹⁷ que tentam abarcar as diferentes formas de políticas sociais existentes na atualidade. No entanto, considera-se mais pertinente entender essa diversidade como reflexo da articulação de tais políticas com a forma de organização do capitalismo. Em outras palavras, as diferentes políticas sociais estão articuladas com as diversas formas de inserção da classe trabalhadora. É interessante notar que, ao longo do tempo, no Brasil, foram sendo construídas políticas sociais específicas para aqueles com vínculo formal no mercado de trabalho e outras para aqueles considerados pobres e que possuíam, no máximo, algum tipo de trabalho informal. Seria o que Faleiros (2000) chamou de reprodução das desigualdades a partir das políticas sociais.

No processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, o chamado Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* é considerado a expressão máxima do acolhimento, pelo capitalismo, dos direitos sociais da população e de constituição de uma rede de atendimento nos diversos setores sociais (saúde, educação, habitação, entre outros).

¹⁷ Como exemplo de uma dessas tipologias, tem-se Abranches (1989) que caracteriza as políticas como distributivas, quando implicam a concessão pelo Estado de algum benefício a algum grupo, e como redistributivas, quando envolvem a transferência de benefícios ou recursos de um grupo, programa ou área para outros. No entanto, para este autor, na maioria dos países industrializados, as políticas sociais praticadas são de caráter compensatório com o objetivo de minimizar os efeitos perversos do processo de acumulação capitalista, de outras políticas governamentais e do próprio progresso, que coloca determinados grupos em situação de dependência.

Esse modelo de Estado foi implantado, principalmente nos países desenvolvidos no período posterior à segunda grande guerra mundial, e diferencia-se da intervenção estatal anterior, já que se caracteriza por ser uma ação mais estável e constante, diferente do caráter pontual e esporádico anterior (Oliveira, 1988).

De acordo com Netto (2001), os Estados de Bem-Estar Social¹⁸ estariam, ao lado da experiência de socialismo real na União Soviética, como as alternativas postas nas últimas décadas para as contradições do capital. Assim, o *Welfare State* surge como possibilidade de o capitalismo fazer frente ao socialismo através da concessão, por parte do Estado, de alguns direitos sociais que podiam, de alguma forma, se aproximar dos direitos garantidos no mundo socialista. Além disso, esse modelo de intervenção social surge de um pacto entre conservadores e progressistas, com o objetivo de proporcionar a expansão capitalista livre de obstáculos, em um momento de amplo desenvolvimento, no qual estavam presentes as condições de crescimento econômico e de pleno emprego nos países desenvolvidos.

Entretanto, já na década de 1970, o *Welfare State* passa a enfrentar problemas, tornando-se objeto de dúvida e de conflito político. A queda do desenvolvimento econômico torna-se empecilho real para a continuação do pleno emprego. A introdução de novas tecnologias altera as formas de trabalhos, diminuindo a possibilidade de

¹⁸ Segundo Pochmann (2004), a implantação do modelo de proteção social do Estado, nos países situados no centro do capitalismo, possuem três condicionantes básicos, condizentes com o momento histórico de desenvolvimento do capitalismo e com a possibilidade da alternativa social-democrata às experiências de socialismo real, desencadeadas com a Revolução Russa de 1917. O primeiro diz respeito à lógica industrial moderna que resultou em uma série de transformações nas relações de trabalho, principalmente, as localizadas nas fábricas – expressão máxima da revolução propiciada pelo surgimento do modo de produção capitalista. O desenvolvimento do sistema fabril que possibilitou agregar em um mesmo espaço um número considerável de trabalhadores, mudança radical na lógica de produção, surgindo a necessidade de uma hierarquia funcional, capaz de lidar com os riscos de superprodução e da regulação da jornada de trabalho, uma das principais bandeiras de luta do chamado novo sindicalismo. Outro condicionante é a democracia de massa que possibilitou a chegada, tanto no Poder Executivo como no Legislativo, de representantes de partidos trabalhistas capazes de legitimar medidas de cunho social. O último, porém não menos importante, foi a criação de uma sociedade salarial em consonância com o pleno emprego, aproximando classes média e operária através de certa homogeneização do poder de consumo dessas.

inserção no mercado formal de trabalho e aumentando as relações informais e o número de desempregados, resultando em um incremento dos índices de pobreza e desigualdade. Contudo, o *Welfare State* continua sendo elemento essencial de combate às mazelas sociais no centro do capitalismo (Neto, 1993; Pochmann, 2004).

A crise do *Welfare State*, de acordo com Oliveira (1988), é resultado da sua própria composição e lógica de financiamento, contraditória à reprodução do capital. O Estado de bem-estar social consiste em fundo público que entra como pressuposto de financiamento da acumulação do capital e da reprodução da força de trabalho. Este último é representado pelo chamado salário indireto, que libera parte do salário direto para o consumo de massa. Verifica-se que a crise é colocada por esse autor não apenas como déficit público resultado da construção de um aparato institucional que distribui benefícios sociais, mas também da própria contradição inerente ao financiamento tanto da reprodução da força de trabalho quanto da função do fundo público para a reprodução do capital. No último caso, o fundo público entraria na equação da taxa de lucro como antivalor, já que não gera valor, reaparecendo no final. Em outras palavras, o fundo público apareceria como pressuposto para a taxa de lucro¹⁹. Dessa forma, a crise fiscal não estaria restrita aos gastos sociais excessivos, mas à própria função estrutural do fundo público na reprodução do capital e da força de trabalho. Apesar de a internacionalização produtiva e financeira retirar parte dos ganhos fiscais com, por exemplo, o desmembramento de empresas antes nacionais para várias partes do mundo, os gastos necessários continuaram dentro dos limites territoriais. Nas palavras de Oliveira (1988), “des-territorializam-se o investimento e a renda, mas o padrão de

¹⁹ Segundo Oliveira (1988), a equação clássica de Marx que se refere ao circuito capital – dinheiro, D-M-D', com a presença do fundo público se transforma em Anti-D-D-M-D'(-D), o que significa que o último termo volta a repor-se no início da equação com Anti-D, já que não se põe valor. Dessa forma, os componentes da taxa de mais-valia, capital constante e capital variável, seriam acrescidos agora do fundo público que entra como pressuposto para a taxa de lucro.

financiamento público do *Welfare State* não pôde, até agora, des-territorializar-se” (p. 13).

A alternativa encontrada para fazer frente à crise do *Welfare State* está ancorada no ideário neoliberal, que foi sendo implantado mundialmente com o fracasso das experiências de socialismo real, concomitante ao esgotamento do modelo de Estado intervencionista.

O neoliberalismo surge no período pós-segunda guerra mundial, mais precisamente no ano de 1944, com a obra “O Caminho da Servidão”, de Friederick Hayek que, a partir do ataque ao Estado Intervencionista e de Bem-estar, defende a extinção de qualquer limitação aos mecanismos de mercado. Um acontecimento marcante para o seu surgimento e posterior consolidação dessas idéias foi uma reunião convocada pelo próprio Heyek, na estação Mont Pèlerin, na Suíça, do qual participaram aqueles que compartilhavam das nascentes idéias neoliberais (Anderson, 2000).

Derivada do liberalismo clássico²⁰, principalmente no que se refere ao uso ideológico do componente liberdade individual, o neoliberalismo trará, em seu cerne, a liberdade de mercado como a única forma possível de liberdade (Netto, 2001).

A implementação efetiva do ideário neoliberal como política de ajuste econômico, só acontece no final de década de 1970, no governo Thatcher, na Inglaterra e, pouco depois, nos Estados Unidos, no início dos anos 1980, com a chegada de Reagan ao poder (Anderson, 2000). Em um contexto mais amplo, segundo Netto (2001), a ofensiva neoliberal seria resultado de uma crise global da sociedade contemporânea, a partir de um decréscimo da eficácia econômico-social do capital, do

²⁰ O liberalismo clássico sucumbiu a fase do capitalismo monopolista, no qual era imprescindível a presença do Estado interventor como elemento estrutural para manutenção do sistema de reprodução do capital. No entanto, o componente de liberdade individual sobreviveu ao longo do tempo e transformou-se na semente que fez brotar as idéias neoliberais no pós-segunda guerra (Netto, 2001).

qual é expressão a crise do Estado de bem-estar social, associada à crise do socialismo real.

Os principais pilares do neoliberalismo implantados, em maior ou menor grau, em diferentes países, são: privatização, desregulamentação econômica social e particularização dos benefícios sociais. A privatização refere-se ao desmonte desenfreado das empresas públicas, rompendo com o modelo anterior que as valorizava como pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico de um país. A desregulamentação das atividades econômicas e sociais é sustentada pela idéia de “eficiência do mercado”. Por último, a particularização dos benefícios sociais, como contraponto da universalização presente no Estado de bem-estar social, é implantada a partir da necessidade urgente de redução dos gastos fiscais, grande vilão, segundo os ideólogos neoliberais, do déficit fiscal dos estados (Fernandes, 2000).

Neste contexto, destaca-se a implementação de políticas focalizadas que pretendem privilegiar o atendimento das camadas mais pobres da população, já que as pessoas com maior poder aquisitivo teriam acesso aos serviços prestados na rede privada. Além disso, tem-se a emergência do “terceiro setor” como alternativa possível de preenchimento das lacunas deixadas pelo desmonte das políticas sociais, apesar das limitações desse campo no enfrentamento da questão social, assim como o viés ideológico do qual é revestido para fragmentações dos movimentos sociais de base.

No Brasil, as discussões acerca da existência ou não de um modelo de Estado de Bem-Estar Social permeiam os trabalhos desenvolvidos sobre o tema²¹. A princípio, não há dúvidas quanto às diferenças existentes entre o desenvolvimento capitalista nos países desenvolvidos e o ocorrido em terras nacionais, o que impede qualquer tipo de

²¹ Para uma maior discussão acerca de um Estado de bem-estar social no Brasil ver Neto (1993) e os trabalhos de Abranches (1985; 1989).

comparação linear entre o modelo de *Welfare State* implantado naqueles países e o modo de intervenção estatal adotado no Brasil²².

Historicamente, o Brasil conseguiu momentos de pleno crescimento econômico, principalmente nas grandes crises mundiais, como na depressão de 1929 que, apesar de arrasar o modelo agropecuário-exportador cafeeiro, induz o desenvolvimento de atividades produtivas industriais e de um, embora precário e insuficiente, sistema de proteção social. Daí por diante, o país logrou níveis significativos de crescimento econômico até o início da década de 1980 sem, no entanto, equacionar seus graves problemas de pobreza e desigualdade social. Embora as tentativas de construção de um aparato institucional voltado para o bem-estar social estejam presentes nesse percurso, ele não foi suficiente para elevar o país ao status de proteção social conseguido nos países desenvolvidos.

A Constituição de 1988 institui o sistema de seguridade social do Brasil, baseado no tripé previdência, saúde e assistência social. O combate à pobreza está vinculado às políticas de assistência social que consiste nas políticas e programas voltados para a população pobre, sem necessidade de qualquer tipo de contribuição prévia. No texto da Constituição, a assistência social prevê uma cobertura ampla da população, garantindo mínimos sociais àqueles que estiverem necessitados, ou que tiverem rendimentos inferiores a um padrão aceitável. Assim, o então sistema instalado no Brasil rompe com o

²² Ao tentar discutir a realidade brasileira a partir dos diferentes modelos de proteção adotados nos países desenvolvidos, Draibe (1990a) propõe os seguintes padrões de *Welfare State*: residual, no qual a política social passa a intervir apenas quando os canais “naturais” de satisfação das necessidades mostram-se insuficientes; meritocrático-particularista, em que as políticas sociais agem como forma de corrigir as distorções geradas pelas desigualdades de oportunidades no mercado; e, por fim, o institucional-redistributivo, que consiste na produção e distribuição de bens e serviços “extra-mercado”, os quais são garantidos a todos os cidadãos. Segundo essa tipologia, no Brasil, o Estado de Bem-Estar social oscilou de um modelo meritocrático-particularista para o residual, apesar da tentativa, presente na Constituição de 1988, de implantação de um *Welfare State* do tipo institucional-redistributivo. Embora existam tendências de cunho universalista e igualitário, a implantação dos direitos expressos na Carta Magna não foram postos em prática, com exceção de alguns setores, como é o caso da saúde, continuando a serem tratados a partir de critérios de seletividade e exclusão.

caráter contratual contributivo, característico do período anterior, iniciado no Estado Populista de Getúlio Vargas.

Dessa forma, as políticas sociais começam a adquirir um caráter mais universalista e igualitário, garantindo uma série de benefícios destinados a todos os cidadãos. Contudo, diante do quadro de desigualdade existente no país, a busca de maior igualdade tem resultado em políticas sociais de caráter cada vez mais compensatório, na forma seletiva, privilegiando as populações mais carentes. Assim, ocorre um “desvio” da classe média para compra de serviços no mercado, tornando os usuários das políticas sociais as parcelas mais pauperizadas da população (Cunha & Cunha, 2002; Draibe, 1990a; Draibe, 1990b).

É importante ressaltar que os anos de 1980 são marcados por algumas tendências de mudanças no campo das políticas sociais na América Latina de uma forma geral e, no Brasil, em particular. Essas tendências são resultado da crença de que o déficit público estaria localizado, principalmente, nos gastos “excessivos” advindos de ações sociais desenvolvidas pelo Estado.

Segundo Draibe (1997), essas mudanças seguiriam três linhas inter-relacionadas. A primeira diz respeito à adequação dos gastos sociais a objetivos macroeconômicos, por meio de cortes tanto orçamentários, como de ações que visam à privatização e/ou à descentralização das políticas sociais. A focalização dos gastos, segunda linha, consistiria na criação de fundos sociais de emergência e programas compensatórios dirigidos aos pobres e vulneráveis. Por último, a priorização de gastos sociais voltados para ações básicas de saúde, nutrição e de caráter produtivo. Essas tendências foram influenciando, com intensidade variada, os diferentes países latino-americanos na organização de suas políticas sociais.

Assim, no Brasil, as tentativas de mudanças, presentes na Constituição de 1988, foram limitadas tanto pelo aparelho institucional enorme e mal-financiado presente anteriormente, como pelo agravamento dos problemas sociais resultante das dificuldades econômicas da década de 1980 (Soares, 2001).

Com a chegada de década de 1990 e a eleição do presidente Fernando Collor de Melo, inicia-se um período de desmonte das políticas sociais existentes até o momento no país e a gestão do que, mais tarde, iria se configurar como ações sociais de cunho neoliberal. A inversão dos ganhos presentes na Carta Magna foi justificada pela necessidade urgente de controle da inflação, no qual o preço a ser pago seria a recessão que, sem surpresas, atingiria os mais pobres. Além das medidas de combate à inflação, o governo iniciou o seu programa neoliberal, que tinha como princípios a desregulamentação do mercado, a privatização das empresas públicas e a liberalização do comércio exterior (Soares, 2001). Inicia-se, no país, um momento no qual os princípios reguladores do mercado eram soberanos, devendo ser, portanto, diminuídas as ações estatais, a não ser aquelas que trabalhavam direta ou indiretamente para beneficiar as relações de mercado. Dessa forma, no campo social propriamente dito, houve um corte radical dos recursos, justificados pelas evidências de déficit estatal causadas, segundo os discípulos do neoliberalismo, prioritariamente, pelos benefícios oferecidos pelo Estado através das políticas sociais.

Com relação à inserção da Psicologia no campo do bem-estar social, é importante ressaltar que muitas das ações diretas desenvolvidas pelo governo atual, como o Programa Fome Zero, não contemplam a participação do profissional de Psicologia. No entanto, como já foi discutido, a fragmentação da “questão social” e o quadro de pobreza do país possibilitam que setores, embora não tenham sido idealizados como

forma de combate direto à pobreza, sejam permeados por esse tema. Tome-se como exemplo a saúde que tem o seu conceito ampliado para contemplar as condições materiais de existência e que, por atender prioritariamente as camadas mais carentes, permite ao psicólogo trabalhar, direta ou indiretamente, com os estratos mais pobres da população brasileira.

4. A Psicologia em busca do ‘compromisso social’

“As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, as idéias de sua dominação”
(Marx e Engels, 1984, p. 72)

A apresentação de um breve histórico acerca do surgimento e desenvolvimento da Psicologia no Brasil atende a necessidade de compreender as formas pelas quais a profissão foi se aproximando das populações pobres. Não se trata de resgatar todo o processo histórico que envolve esse campo, tema já bastante explorado na literatura brasileira (Antunes, 1999, 2004; Pessotti, 1988). No entanto, é imprescindível compreender como a Psicologia responde às demandas colocadas pela sociedade ou, pelo menos, por segmentos dela. As direções tomadas nos diferentes períodos históricos representam o interesse de ela ser reconhecida como possuidora de teorias e técnicas capazes de responder às questões que lhe eram colocadas e, ao mesmo tempo, a garantia do atendimento das necessidades de reconhecimento social da profissão.

O estudo de temas psicológicos estava presente desde o século XVIII, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, através das obras de representantes da Igreja e de intelectuais do sistema português, que tratavam das características dos indígenas e das formas mais eficientes de controlá-los. No século XIX, o Brasil transforma-se em Império, e as idéias psicológicas passam a ser produzidas, predominantemente, nos campos da Medicina e Educação, que buscavam a higienização moral da sociedade brasileira (Antunes, 1999; Bock, 2003).

O final do século XIX é marcado pelo início do processo de industrialização no Brasil e a conseqüente necessidade de modernização, a partir da construção de um novo homem que se adapte e responda às demandas da nova sociedade. Esse processo é marcado pela prevalência de idéias liberais e positivistas, coerentes com as necessidades de intervenção do Estado na economia. O conhecimento psicológico produzido nesta época consolida-se em outros espaços, em especial na Educação e na Medicina. Segundo Antunes (2004), esses campos serão profícuos para o desenvolvimento das idéias psicológicas e para sua posterior independência. Na Educação, destaca-se o movimento escolanovista, que integrava conhecimentos psicológicos advindos da Europa e EUA, adequados à construção do homem moderno. Na Medicina, os estudos desenvolvidos no campo da Psiquiatria revelam a constante tensão entre os limites com a Psicologia. Apesar da impossibilidade de apresentar todas as figuras e acontecimentos importantes para a Psicologia neste período, é necessário considerar que os conhecimentos psicológicos desenvolvidos refletiam as condições econômicas, políticas e sociais do país. A necessidade de medidas disciplinares e reguladoras, bem como da seleção de homens adequados às novas condições de trabalho, serão características marcantes na construção posterior dos campos de aplicação da Psicologia.

Desta forma, pode-se perceber que a produção das idéias psicológicas está diretamente relacionada às necessidades postas pela sociedade brasileira nos diferentes momentos históricos. As demandas direcionadas à Educação e Medicina, respondidas em parte pelo conhecimento psicológico, atendiam às perspectivas da elite brasileira de controle e manutenção da ordem social, necessárias ao processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro. Tome-se, como exemplo, a aplicação de conhecimentos psicológicos nas indústrias, financiada principalmente pelo Estado, condizente com o

processo de industrialização brasileiro e o com papel intervencionista do Estado (Bock, 2003).

A profissão de Psicologia foi regulamentada pela Lei nº 4119, de 27 de agosto de 1962, que define como função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas, com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; e d) solução de problemas de ajustamento. As funções postas pela regulamentação da profissão remetem claramente ao pensamento psicológico anteriormente produzido, que foi brevemente exposto acima.

É importante ressaltar que a regulamentação ocorre no período anterior ao ciclo ditatorial, instalado no Brasil a partir de 1964. Nesse momento, o Brasil tem João Goulart na presidência. Seu governo é marcado por greves, manifestações e paralisações por parte dos trabalhadores que reivindicam melhores condições de trabalho, manutenção do patrimônio público e bloqueio da entrada de capital estrangeiro no país. Além disso, espaços significativos do aparelho do Estado foram ocupados por forças progressistas, e ocorre uma mobilização das forças democráticas, através da articulação de trabalhadores com pequenos-burgueses e parcelas da Igreja Católica e das Forças Armadas (Alves, 1989; Netto, 1990). Já a Psicologia, na contramão dos movimentos sociais da época, tem seu reconhecimento impulsionado pelo desenvolvimento da indústria e seus objetivos de seleção e controle respondidos através dos testes psicológicos. Aliás, é com o surgimento do profissional psicotécnico e com a criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP), em 1947, que se inicia o movimento visando oficializar a prática profissional do psicotécnico e instituir o curso de Psicologia (Esch & Jacó-Vilela, 2001).

Apesar de não prever, na sua regulação, áreas específicas de atuação para o psicólogo, a descrição dos objetivos para o exercício de funções privativas desse profissional auxilia na delimitação de três grandes áreas de atuação que, a despeito da dificuldade de definição, serão marcantes no estudo da profissão brasileira.

Em estudo do Conselho Federal de Psicologia, Bastos (1988) apresenta um conjunto de atividades e objetivos que definiriam as grandes áreas da Psicologia em Clínica, Escolar e Industrial. Nessa caracterização, fica clara a influência dos estudos produzidos anteriormente à regulamentação, além de apontar a que demandas a Psicologia irá responder nesses campos de atuação.

Para o autor, a Clínica decorre da função privativa de “solução de problemas de ajustamento” através da utilização de psicodiagnóstico e psicoterapia. Aqui, a influência da Medicina, em especial da Psiquiatria, é marcante. A necessidade de separação entre o “normal” e o “louco” e a adaptação contínua do homem às regras sociais vigentes, estão presentes neste campo de atuação da Psicologia (Yamamoto, 1987).

A área Escolar tem como objetivos principais a resolução de problemas de aprendizagem, a aplicação de testes e a sondagem de aptidões para orientação vocacional. Neste campo, a grande influência da Psicologia será no auxílio da discriminação de crianças capazes ou não para o processo educacional, a partir da diferenciação que será marcada pelas origens de classe.

A área Industrial caracteriza-se pela necessidade de seleção e ajustamento do trabalhador às condições de trabalho. Este campo, por estar mais próximo da relação capital-trabalho, evidencia as respostas da Psicologia às demandas do Capital relacionadas com as necessidades de racionalização e controle do trabalho (Figueredo, 1989; Yamamoto, 1987).

Assim, a despeito das imprecisões e possíveis superficialidades, a delimitação acima auxilia na caracterização da Psicologia, logo após a sua regulamentação como profissão, além de sinalizar as influências que determinaram os modelos hegemônicos de atuação do psicólogo.

Os resultados encontrados na pesquisa do Conselho Federal de Psicologia, em 1988, revelam as tendências seguidas pela profissão desde a sua regulamentação. Naquele momento, 55,3% dos psicólogos brasileiros atuavam na área clínica, seguidos de 19,2% na área Organizacional e 11,7% na Escolar. A clínica irá se constituir como o principal palco das práticas profissionais em Psicologia, seja pela atração exercida pela proximidade do modelo médico de atuação, seja pela possibilidade de uma prática autônoma liberal e voltada para as classes média e alta da população. É nesse campo que o psicólogo, desde o início da sua formação, vai buscar a sua realização pessoal, construindo o imaginário social dominante da profissão.

A literatura é vasta acerca desse modelo de profissão e das críticas que foram sendo forjadas no decorrer do desenvolvimento da Psicologia²³ O que cabe chamar atenção é que, a partir do reconhecimento da hegemonia e crítica a este modelo de atuação, é que será construído um discurso sobre a profissão de crise e a necessidade de novas possibilidades de atuação que atendam às demandas de uma população que historicamente foi excluída deste modelo. Tomem-se como exemplo as experiências da Psicologia Comunitária que retratam a possibilidade, mesmo que limitada a um campo específico da profissão, de aproximação da Psicologia às camadas mais pobres da população.

A história da Psicologia Comunitária se confunde com os acontecimentos sociais do Brasil e da América Latina. Essa área destaca-se por ter surgido em um momento de

²³ Bock (1990a, 1990b, 2003); Botomé (1979); Coimbra (1995); Ferreira Neto (2004); Mello (1975); Yamamoto (1987).

questionamento quanto à neutralidade da Psicologia em relação às graves questões sociais que permeavam o cotidiano do país e do continente. Esse movimento inicia-se no Brasil, sobretudo na década de 1960, com o golpe militar que acontece em um momento em que havia uma organização popular muito forte presente, por exemplo, nas ligas camponesas e nos movimentos populares urbanos. Além disso, era um momento de efervescência das idéias de Paulo Freire, que davam suporte às experiências de educação popular, através da alfabetização de adultos como instrumento de conscientização. Assim, psicólogos passam a fazer parte, juntos com outros profissionais, dessa experiência, o que os leva, na década de 1970, a desenvolverem trabalhos de educação popular em comunidades carentes. Essas especificidades históricas e sociais perpassam a construção da Psicologia Social Comunitária brasileira, diferenciando-a da já existente Psicologia Comunitária, na Europa e nos Estados Unidos, de cunho preventista e assistencialista (Freitas, 1996; Lane, 1996; Sarriera, Freitas & Scarparo, 2003).

Assim, na década de 1960, apesar da inserção de profissionais nas áreas mais tradicionais de Psicologia, como consultórios, escolas e organizações, inicia-se uma incipiente entrada de profissionais em diferentes locais, geralmente com ações voluntárias, com o objetivo de colaborar, de alguma forma, com os setores mais pobres da sociedade, tornando a Psicologia mais próxima à realidade dessa população (Freitas, 1996).

Paralelamente, entre os muros das universidades, inicia-se uma série de questionamentos por parte dos professores quanto ao seu papel na sociedade. A Psicologia, mais especificamente, passava por um momento de crise como ciência, agravada pelos conhecimentos advindos da antipsiquiatria, que abalavam os conceitos tradicionais de doença mental. Também nesse período, surge a expressão “Psicologia

Comunitária” nos Estados Unidos, caracterizando-se por trabalhos desenvolvidos por profissionais com populações carentes, ainda que marcados por traços assistencialistas e manipulativos (Lane, 1996). Assim, além de trabalhos comunitários, surgem grupos de estudos voltados para a população de baixa renda, como o pioneiro grupo de pesquisa vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que tinha a participação de docentes e estudantes de Psicologia (Freitas, 1996).

Na década de 1970, é fortalecido o envolvimento de psicólogos com os movimentos populares. Com o intuito de defender a deselitização da Psicologia e o compromisso político da profissão, alguns profissionais passam a atuar em bairros populares, favelas, associações, comunidades eclesiais de base, entre outros. Como o trabalho, geralmente, tinha um caráter voluntário, esses profissionais, na sua maioria, eram ligados à academia²⁴, levando para a universidade debates sobre a atuação nesses locais, com a criação da disciplina Psicologia Comunitária, para compor a grade curricular dos cursos de graduação, como ocorreu de forma pioneira na Universidade Federal de Minas Gerais (Freitas, 1996).

Ademais, nessa época, surgem os centros comunitários de saúde mental resultantes da preocupação de médicos e psiquiatras com a realização de ações preventivas no âmbito da saúde pública. Esses locais tornam-se campo privilegiado para atuação de profissionais de Psicologia, permitindo tanto ações de caráter preventivo, como o contato com populações carentes (Lane, 1996). Scarparo (2002), em pesquisa desenvolvida acerca da história da Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul, chama a atenção para a importância do desenvolvimento de trabalhos na área de saúde

²⁴ A íntima relação da Psicologia Comunitária com a academia estará presente posteriormente, já na década de 1980, em vários encontros científicos, tanto específicos como gerais, que ajudam a consolidá-la como espaço importante do envolvimento da ciência psicológica com os problemas concretos da sociedade (Sarriera, Freitas & Scarparo, 2003).

mental, como possibilidade de inserção de psicólogos em atividades realizadas junto à comunidades carentes.

Dessa forma, conquanto tenham se desenvolvido, em um campo específico da Psicologia, as experiências da Psicologia Social Comunitária e as discussões que partiram e alimentaram o debate acadêmico, representam um importante elemento histórico para a Psicologia Brasileira em direção ao atendimento de camadas mais populares. O discurso produzido representou um corte, mesmo que limitado, no modelo hegemônico de atuação da Psicologia. A inserção de disciplinas na formação acadêmica, a produção de conhecimento, as publicações daí decorrentes, bem como a criação de entidades e a organização de eventos específicos dessa área resultaram em um movimento que aponta possibilidades de atuação do psicólogo mais próxima à realidade da população pobre do país. Desta forma, considera-se que esse campo é de extrema relevância para entender as possibilidades de encontro entre a Psicologia e a pobreza no Brasil. Os resultados disso e o quanto essas experiências influenciaram nos rumos da profissão serão discutidos mais adiante neste trabalho.

Saindo do campo específico da Psicologia Comunitária, ainda na década de 1970, questionamentos acerca do caráter elitista da profissão permeiam os estudos sobre a Psicologia. Em 1975, Mello, em pesquisa sobre a situação da Psicologia em São Paulo, revela a predominância do atendimento clínico psicoterápico realizado em consultórios particulares, caracterizando essa atividade como elitizada e distante da realidade brasileira. Em suas conclusões, a autora questiona “em que medida a profissão vem atendendo às necessidades reais e mais urgentes da população, isto é, em que medida ela vai se tornando um instrumento indispensável na solução dos problemas sociais que exigem a intervenção do psicólogo” (p. 61).

O reconhecimento de um modelo hegemônico de atuação que atendia a apenas 15% da população brasileira com condições de pagar pelos serviços prestados por psicólogos em seus consultórios particulares, fomenta, pelo menos para parte do mundo *psi*, a discussão acerca dos caminhos que a profissão queria seguir, como revelam os questionamentos abaixo (Botomé, 1979) :

Onde iremos nos próximos anos? Mudaremos esta tendência? O que dará a psicologia a um país de povo pobre como o nosso? (Botomé, 1979, p.4).

Cabe a cada um de nós estudante, profissional, professor ou administrador da psicologia contribuir com alguma transformação. Qual é, a cada momento, a nossa contribuição? Esta pode ser a pergunta inicial. As crises e conflitos que a resposta pode gerar poderão ser o caminho novo a se fazer aos poucos (Botomé, 1979, p.15).

Desde então, a Psicologia no Brasil foi alvo de diversos estudos que apontam para uma suposta crise da profissão e a necessidade de buscar alternativas para uma reconstrução do lugar social da Psicologia no país.

É importante ressaltar que o reconhecimento da crise e a construção de alternativas ao saber/fazer psicológico tradicional, iniciado principalmente a partir de meados da década de 1970, refletiam o momento pelo qual a sociedade brasileira passava. É interessante pensar que, a efervescência dos movimentos sociais no momento anterior à regulamentação da profissão e os questionamentos posteriores acerca da crise social que o país atravessou durante o regime militar não constituíram para a Psicologia grande questão. Coimbra (1995) aponta que, durante o período de ditadura, a Psicologia assumiu o lugar de ciência dotada de conhecimentos capazes de auxiliar a classe média a resolver os seus conflitos privados, principalmente familiares, sem nenhuma alusão ao contexto político e social da época. Neste momento, eram criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de uma `cultura psi` na classe média, em que o consultório particular se tornava o ambiente por excelência para o extravasamento de

todas as emoções contidas e todos os conflitos resultantes das relações familiares problemáticas. É interessante pensar que este espaço construído pela Psicologia atendia, mesmo que de forma velada, às necessidades colocadas pelo privilégio do privado em detrimento do público. Em outras palavras, a criação de espaços em que apenas os conflitos privados da existência são colocados em questão, tornava a esfera política e social cada vez mais dispersa e distante para as classes médias urbanas. Por outro lado, principalmente na década de 1970, qualquer movimento questionador da ordem instituída significava uma fraqueza resultante da fragilidade e debilidade dos vínculos familiares. Neste caso, era necessário o auxílio competente de um profissional capaz de restabelecer os vínculos perdidos e de estabelecer novamente a ordem familiar (Coimbra, 1995; Ferreira Neto, 2004).

Em meados da década de 1970, instala-se a crise do modelo desenvolvimentista de Estado, implantado durante o ciclo ditatorial, com o fracasso das propostas privatizantes e com o crescimento acentuado do endividamento externo do Brasil para manter o “milagre econômico”. A insatisfação de vários segmentos da elite associada à emergência de movimentos de oposição, como os da classe trabalhadora, bem como a necessidade de legitimidade das bases governamentais, a essa altura já bastante fragmentada por conflitos internos e pela falência do milagre, propiciam o início do movimento de transição democrática (Alves, 1989). Esse processo é marcado por uma intensa reorganização dos movimentos sociais, como o movimento estudantil, o movimento feminista e o movimento operário. Como marco desse período, destaca-se a Assembleia Nacional Constituinte que instituiu a Constituição de 1988, e teve uma mobilização social sem precedentes na história brasileira (Vieira, 2000).

Para a Psicologia, a “falência do milagre econômico” significou uma retração do mercado de trabalho clínico em consequência da diminuição do poder aquisitivo da

classe média. Em outras palavras, era impossível a manutenção do modelo clínico privatista de atuação como a principal ocupação e fonte de renda desses profissionais. Somado a isso, o processo de redemocratização, iniciado ainda na década de 1970, significa também a possibilidade de construção de novas formas de expressão do mundo privado que concorriam com a soberania da ‘cultura psi’ (Ferreira Neto, 2004).

Ademais, a presença de alguns setores progressistas da profissão que, por seu engajamento político, participam, direta ou indiretamente, do processo de reorganização dos movimentos sociais, leva para o âmbito profissional os questionamentos sociais e políticos presentes nesses movimentos.

Desta forma, concorda-se com Yamamoto (1987) quando discute que o movimento da Psicologia em direção ao atendimento das necessidades das classes mais pobres da sociedade brasileira não significa apenas “uma crise de consciência” do psicólogo acerca do seu valor social, mas responde à necessidade de criação de outras fatias de mercado que pudessem recompensar as perdas. O contexto econômico, político e social demandava, se não pela via do engajamento nos novos movimentos sociais, pela necessidade de sobrevivência dos profissionais, a ocupação de outros lugares que garantissem a relevância social da profissão.

Assim, com o fim do ciclo autocrático burguês, que coincide com a crise global de acumulação capitalista, inicia-se um movimento de mudança no perfil da profissão. Segundo Yamamoto (2003), essa mudança estaria associada a três vetores: contingências específicas do mercado de trabalho caracterizadas pela falência do modelo de profissional autônomo, associada ao estreitamento da demanda de serviços psicológicos; abertura do campo de atuação profissional através da redefinição do setor de bem-estar, no primeiro momento da transição democrática; e, por último, os embates

teórico-ideológicos, com destaque para o papel do Conselho Federal de Psicologia, que nutre uma redefinição dos rumos da Psicologia.

Dessa forma, a década de 1980 será marcada pela construção de um discurso, encabeçado pelo Sistema Conselho e Sindicato de Psicólogos de São Paulo, acerca da necessidade de um “compromisso social” da profissão com as necessidades da maioria da população brasileira. Somado a isso, tem-se a possibilidade real de entrada de um número significativo de psicólogos no campo de bem-estar social, resultado do projeto de construção de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil.

É no interior das políticas sociais compensatórias, ou seja, daquelas políticas destinadas a remediar os problemas causados pelo processo de exploração capitalista, que passa a intervir uma série de profissionais do chamado campo social. Dentre eles, destacamos o psicólogo que atua no setor do bem-estar, inicialmente na educação e, posteriormente, na saúde. Apesar do caráter universalista dessas políticas, elas priorizam, como já foi dito anteriormente, as camadas mais pobres, que representam, no Brasil, um contingente considerável da população.

Assim, sejam inseridos em programas governamentais dos mais diversos setores (saúde, educação, assistência social), ou no Terceiro Setor, nas chamadas Organizações Não-Governamentais, de forma assalariada ou voluntária, os psicólogos têm se deparado com as demandas de uma população cada vez mais desprovida econômica e socialmente.

Como destaque, tem-se a ocupação de espaços nos serviços de saúde, em que o profissional de Psicologia passa a lidar com uma demanda diferente da tradicional, isto é, ele entra em contato com camadas mais pobres, o que intensifica os questionamentos, já iniciados anteriormente, sobre a atuação e a formação adequada para lidar com essa

população. Esses questionamentos saem do âmbito da saúde e passam a somar-se às discussões presentes nas principais entidades representativas da categoria, com especial destaque para estudos desenvolvidos pelo Conselho Federal de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 1992; 1994).

Assim, inicia-se um movimento da profissão em direção a uma atuação voltada para a maioria da população brasileira, denominada de “Compromisso Social da Psicologia”, encabeçado por suas principais entidades representativas, como o Sindicato de Psicólogos de São Paulo e os Conselhos Federal e Regionais. Esse movimento marca a profissão através de publicações que questionam tanto a atuação como a formação de psicólogos, que trabalham voltados para uma parcela minoritária da população, que representa a elite brasileira. São criticados o modelo clínico de atendimento e as concepções tradicionais presentes em outras áreas de atuação, como a escolar e a organizacional. Segundo Bock (1999b), uma das protagonistas desse movimento:

discutir o compromisso social da Psicologia significa, portanto, sermos capazes de avaliar a sua inserção, como ciência e profissão, na sociedade e apontarmos em que direção a Psicologia tem caminhado: para a transformação das condições de vida? Para a manutenção? (p. 321).

Ainda segundo a autora, seriam três os critérios para se definir uma intervenção comprometida socialmente. O primeiro consiste na necessidade de o trabalho apontar para a transformação social, para as mudanças nas condições de vida, mudando a tradição histórica da Psicologia em contribuir para o ocultamento das condições desiguais de vida da sociedade. Outro critério é se a prática escapa ao modelo médico de profissão, ou seja, se o psicólogo trabalha apenas no âmbito curativista e remediador, ou se desenvolve intervenções também voltadas para a prevenção e promoção de saúde. Por último, o tipo de técnica utilizada na intervenção, lembrando que o psicólogo deve

ser capaz de repensar criticamente as suas práticas, adequando-as à realidade social na qual está inserido.

Esses questionamentos perduram até hoje, apesar de ter mudado seu foco da conquista de novos espaços, para o que tem realizado o psicólogo nesses novos campos de trabalho. A pesquisa realizada pelo CFP, em 2001, evidencia a abertura de novos espaços com a presença do psicólogo no campo de bem-estar social de cunho preventivo e compensatório (Yamamoto, 2003). No caso da saúde, por exemplo, já não se questiona mais a inserção do psicólogo na saúde, mas sim de que forma o psicólogo tem respondido às demandas específicas desse campo de atuação. Vários estudos²⁵ demonstram que, apesar da mudança nas características da população atendida, o psicólogo transpõe o modelo clínico de atuação, amplamente criticado desde a década de 1970. Diante disso, percebe-se que a consolidação do “compromisso social” da Psicologia é viabilizada, mas não garantida pela inserção do psicólogo no campo do bem-estar social.

Atualmente, é necessário discutir o movimento histórico da Psicologia no sentido de sair dos modelos tradicionais de atuação nos marcos da investida neoliberal no Brasil no que diz respeito, principalmente, ao desmonte do campo de bem-estar social.

Assim, diante do desmonte no campo das políticas sociais, e tomando-o como lugar privilegiado de acesso das camadas pobres da população aos serviços psicológicos, dando possibilidade ao exercício do “compromisso social” almejado pela categoria (ou pelo menos pelas suas entidades), percebe-se a dificuldade de pensar esse tipo de atuação de forma isolada do contexto mais amplo. É necessário não só um

²⁵ Como exemplo desses estudos, têm-se Boarini, 1996; Carvalho & Yamamoto, 1999; Dimenstein, 1998; Oliveira et al., 2004).

repensar interno dos rumos da profissão, mas também de uma intervenção que aponte politicamente para mudanças sociais efetivas, ancorada em uma crítica cotidiana das condições em que está inserido o fazer profissional.

Compreende-se, no entanto, que tais ações dos psicólogos possuem limites que retratam a impossibilidade inerente de equalização da “questão social” no modo de produção capitalista, que não são privilegio somente da Psicologia, mas do desenho mesmo das políticas sociais em que esses e outros profissionais se inserem.

Todavia, as perspectivas de ampliação dessas ações são possíveis a partir do reconhecimento de que uma série de mudanças parece povoar os mais diferentes campos de inserção do psicólogo. No entanto, questiona-se se essas mudanças estão presentes muito mais nos novos discursos da profissão do que efetivamente refletidas em uma prática que se propõe como transformadora das condições de vida da população. Esse entendimento não pretende desqualificar as inúmeras discussões acerca de um “compromisso social” da profissão, mas tenciona chamar a atenção para que seja construída uma compreensão mais profunda e, sobretudo, articulada do que seria um fazer psicológico comprometido socialmente.

Diante do exposto, considera-se que o movimento de mudanças na profissão em busca de uma aproximação da realidade nacional presente no discurso das entidades, bem como a inserção de psicólogos em espaços que priorizam o atendimento a populações pobres revelam a necessidade de se pensar acerca do conhecimento produzido e relatado que subsidie as ações da Psicologia nesse campo.

Parte II
A Pobreza na Psicologia brasileira

5. Percurso Metodológico

O presente trabalho é uma pesquisa documental realizada com o material disponível na literatura brasileira psicológica referente às populações pobres.

A escolha da literatura como fonte para entender como a Psicologia vem lidando com o tema pobreza permite o acesso aos trabalhos realizados e às reflexões dos autores sobre a questão-foco e, pela suposição de que o conhecimento disseminado tem impacto sobre aquele conjunto de trabalhos que está sendo realizado, mas nunca relatado, a presente análise permite traçar um panorama geral de como a Psicologia, como ciência e profissão, pensa e lida com a pobreza, além de ajudar a apontar mudanças e tendências na profissão.

A escolha da produção nacional como fonte, no entanto, não significa dar conta de todos os estudos desenvolvidos no Brasil, o que daria ao trabalho um caráter de mapeamento geral. Tem-se como opção analisar e destacar aqueles trabalhos que se configuram como importantes para o entendimento e discussão de como a Psicologia tem pensado a questão da pobreza ao longo do tempo, já que estão publicados e disponíveis em bases de dados reconhecidas pela comunidade acadêmica da Psicologia.

O trabalho foi desenvolvido em três etapas, que serão detalhadas a seguir:

5.1 Construção de banco de dados documentais

A primeira etapa do trabalho consistiu num levantamento geral, na literatura, via Internet, das produções de Psicologia relacionadas ao tema pobreza, disponíveis em bases de dados referenciais, com o objetivo de construir um banco de dados documentais. A etapa constou de quatro passos: definição do tipo de documento utilizado para a análise proposta; identificação das bases de dados em que os documentos poderiam ser localizados; definição dos descritores para a seleção dos documentos; e busca propriamente dita, nas bases, dos documentos que comportavam os descritores definidos.

Foi definido que seriam utilizadas, como fonte de dados, as revistas científicas brasileiras de psicologia, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado produzidas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação do Brasil. Descartou-se a análise de anais de eventos, livros e capítulos de livros, os primeiros pela dificuldade de que a maioria dos eventos de Psicologia apresenta apenas os resumos dos trabalhos, impedindo o contato com os trabalhos completos; os demais devido à inexistência de resumos.

Ao todo foram estudados 312²⁶ trabalhos disponíveis nas diversas bases de conhecimento, conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1

Tipo de Publicação

	n
Artigo	209
Dissertação de mestrado	69
Tese de doutorado	34
Total	312

²⁶ Do total final foram excluídos os trabalhos que não possuíam resumo e aqueles cujo texto integral não foi localizado, bem como aqueles cujo resumo não apresenta as informações suficientes para a realização da pesquisa.

As bases de dados selecionadas para a busca documental foram as seguintes:

- Indexador de Periódicos Técnicos Científicos da Psicologia (Indexpsi) - Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia (BVS-Psi) - disponibiliza resumos de artigos publicados em periódicos científicos brasileiros;
- Indexpsi Tese - Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia (BVS-Psi) - disponibiliza dissertações e teses defendidas na área de Psicologia;
- Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que fornece resumos de dissertações e teses defendidas no Brasil no período de 1987 a 2001;
- Sistema Integrado de Biblioteca da USP (SIBI), a partir do Banco de Dados Bibliográficos da USP (Dedalus);
- Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Além dessas bases, é importante ressaltar que algumas referências utilizadas foram incluídas a partir do próprio processo de localização das produções, ou seja, das referências bibliográficas das produções já localizadas. Outras foram localizadas a partir de visita às Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

Apenas para registro, apresentamos, na Tabela 2, a contribuição de cada uma das bases de dados para a composição do *corpus* deste estudo. Como seria previsível, o Index Psi e o Dedalus (base de dados do Sistema de Biblioteca da Universidade de São Paulo), que representam as bases mais abrangentes²⁷, foram as fontes predominantes.

Tabela 2

²⁷ Segundo Costa (2006), o Index Psi Periódicos possui, em seu acervo, mais de 160 revistas científicas de Psicologia e áreas afins.

Bases de dados utilizadas

	N
Index Psi Periódicos	196
Dedalus	73
Outras fontes	13
Biblioteca PUCSP	11
Banco de Teses e Dissertações da Capes	9
Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq	5
Index Psi Tese	3
Biblioteca IPUSP	2
	312

Para as buscas dos documentos, foi definida a utilização dos seguintes descritores:

- Baixa-renda
- Baixo nível-socioeconômico
- Carência
- Classe social baixa
- Classes populares
- Comunitária
- Favelas
- Marginalidade Social
- Marginalizados
- Nível sócio-econômico baixo
- Periferia
- Pobreza
- Pobre
- Social

A utilização dos descritores acima deveu-se à diversidade de denominações referentes à temática da pobreza, o que permitiu localizar um número maior de trabalhos que tratam desse fenômeno.

Após o levantamento, foi construído um banco de dados no qual foram organizados os principais dados das publicações que permitem a recuperação do material, como título da publicação, autoria, título do veículo, ano, volume, número, entre outros.

5.2. Seleção e análise geral dos documentos do banco de dados

Na segunda etapa foram recuperados e codificados os resumos das publicações. Uma folha de registro (Apêndice A) foi adaptada tomando como base a utilizada por Granja (1995). Além disso, foram adicionados outros elementos a partir da leitura de trabalhos disponíveis na literatura²⁸ que têm como objetivo discutir a produção acadêmica em diferentes campos de conhecimento.

A folha de registro contém informações sobre dados bibliográficos, dados de identificação dos autores e dados da produção propriamente dita. O uso desse instrumento serviu para orientar a leitura dos resumos e sistematizar uma caracterização geral da produção. As informações para o preenchimento foram as disponibilizadas nos bancos de dados e nos resumos consultados, além do Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (www.cnpq.br).

É importante ressaltar que muitas informações necessárias ao preenchimento da folha de registro não estavam disponíveis nos resumos, seja porque não forneciam

²⁸ Angelucci, Kalmus, Paparelli & Patto, 2004; Casate & Corrêa, 2005; Dantas, Sawada & Malerbo, 2003; Ferreira, 2002; Gomes, Fonseca & Veiga, 2002; Witter, 1999.

dados suficientes nem eram claros o bastante para possibilitarem uma idéia geral do trabalho. Os resumos, apesar serem uma excelente fonte de acesso rápido à produção de uma determinada área de conhecimento, são heterogêneos e com vieses que podem não dar conta de todo o conteúdo abordado pelo autor (Ferreira, 2002). Dessa forma, é provável que muitas questões relevantes para este trabalho possam ter sido suprimidas no resumo, o que restringe o contato com algumas discussões importantes para pensar a questão da Psicologia e pobreza no Brasil. No entanto, é impossível pensar em um levantamento que pretenda dar conta da produção de um país, sem utilizar esse meio como informativo para as discussões necessárias. Além disso, algumas publicações mais antigas não possuíam resumos. Nesse caso, foi realizada uma leitura dos trabalhos completos e extraíram-se as informações necessárias ao preenchimento dos formulários.

Os dados resultantes foram tabulados e construída uma caracterização geral da produção encontrada. Para discussão neste trabalho, optou-se pela apresentação da produção publicada em artigos científicos²⁹, modalidade de maior incidência no universo estudado (Tabela 1). A exclusão das teses e dissertações deveu-se à dificuldade, ainda existente no país, de acesso à produção dos Programas de pós-graduação. A disponibilização de alguns textos completos em bases de dados virtuais é recente, e não contempla, principalmente, as produções mais antigas. Nas visitas realizadas às bibliotecas do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi encontrado um número significativo de produções acerca da temática. No entanto, considera-se que este conjunto de textos não traduz a realidade da produção de conhecimento brasileira, apesar da indiscutível concentração existente nessas instituições (Costa, 2006; Yamamoto, Souza e Yamamoto, 1999). Ademais, considera-se que grande parte da produção dos Programas

²⁹ Os dados resultantes das dissertações de mestrado e teses de doutorado estudadas serão apresentados no Apêndice B e, posteriormente, publicados na forma de artigo.

de pós-graduação alimenta a publicação em periódicos científicos. Dessa forma, optou-se pela leitura de artigos científicos, publicados em periódicos científicos e indexados em bases de dados de acesso livre, o que proporciona uma disseminação do conhecimento no território brasileiro.

5.3. Seleção e análise temática dos documentos

A etapa final do trabalho constou de uma análise em detalhe de parte da produção identificada na caracterização geral. Para compor esta etapa, foram selecionados 47 (22,49%) artigos científicos para leitura integral (Apêndice C). Como critério, foram selecionados aqueles que permitiam uma discussão sobre a relação entre psicologia e pobreza. Em outras palavras, optou-se por estudar os artigos que consideram a condição de pobreza como elemento fundamental e/ou importante para pensar questões relativas à Psicologia como ciência e profissão. Foram excluídos desta etapa os trabalhos que tratam da pobreza apenas como uma das características de sua população, ao lado de outras, como faixa etária que, portanto, não discutem essa condição.

Para a análise, destacaram-se as informações principais que permitissem uma apreensão das temáticas e discussões gerais trazidas pelos trabalhos. Somado a isso, foram selecionados alguns trechos que ilustram o conhecimento produzido acerca da temática em estudo.

A seguir, serão apresentados os principais resultados encontrados, que estão organizados da seguinte forma: primeiro, será apresentada uma caracterização geral da produção estudada a partir das informações apreendidas nos resumos das publicações

(resultado da segunda etapa); posteriormente, serão discutidas algumas temáticas encontradas na produção em Psicologia, ilustradas a partir de trechos retirados dos artigos lidos na íntegra (resultado da terceira etapa).

6. Produção de conhecimento em Psicologia: tendências gerais e particularidades relacionadas ao tema pobreza

A caracterização geral da produção resultante do levantamento conduzido nas principais bases de dados nacionais apresenta uma visão geral do que vem sendo produzido no Brasil.

É importante ressaltar que as características aqui apresentadas refletem algumas tendências gerais da produção de conhecimento em Psicologia. No entanto, percebe-se a existência de algumas especificidades da produção relacionada ao fenômeno da pobreza.

No que diz respeito aos veículos de publicação dos artigos (Tabela 3) estudados, destacam-se os Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas (14,83%), periódico que divulga estudos e pesquisas na área da Educação. Aqui reside uma das primeiras características da produção trabalhada, ou seja, muito do que é produzido na Psicologia não se encontra necessariamente em veículos da área. Além disso, percebe-se a existência de muitas publicações que não são da Psicologia, mas, por estarem indexadas nas suas bases de dados, terminam por aparecer neste trabalho. A interseção da temática estudada com outros campos de conhecimento incentiva a publicação da produção em revistas científicas de áreas afins, principalmente, se pensarmos, neste caso, na histórica influência do conhecimento psicológico na compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças oriundas das classes mais baixas da população e que freqüentam escolas públicas³⁰. Em seguida, aparece a revista Psicologia e Sociedade (9,57%), da Associação Brasileira de Psicologia Social

³⁰ Esta questão será tratada, de forma mais detalhada, no decorrer do texto.

(ABRAPSO). A revista se constituiu, desde meados da década de 1980, importante veículo de divulgação do conhecimento produzido pela vertente crítica da Psicologia Social Brasileira, que busca a aproximação da profissão das demandas reais da população brasileira.

Tabela 3
Veículo de publicação dos artigos

	N	%
Cadernos de Pesquisa	31	14,83
Psicologia e Sociedade	20	9,57
Arquivos Brasileiros de Psicologia	19	9,09
Psico (Porto Alegre)	11	5,26
Psicologia Reflexão e Crítica	11	5,26
Psicologia Teoria e Pesquisa	9	4,31
Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano	9	4,31
Jornal Brasileiro de Psiquiatria	8	3,83
Re-criação	8	3,83
Psicologia: Ciência e Profissão	7	3,35
Revista ABP-APAL	7	3,35
Paidéia	5	2,39
Psicologia USP	5	2,39
Cadernos Psicologia (Belo Horizonte)	4	1,91
Psicologia Argumento	4	1,91
Revista Psicologia	4	1,91
Barbarói	3	1,44
Boletim de Psicologia	3	1,44
Estudos de Psicologia (Campinas)	3	1,44
Revista Brasileira de Sexualidade Humana	3	1,44
Revista do Departamento de Psicologia UFF	3	1,44
Cadernos de Psicanálise	2	0,96
Estudos de Psicologia (Natal)	2	0,96
Interfaces	2	0,96
Psicologia em estudo	2	0,96
Pulsional- Revista de Psicanálise	2	0,96
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2	0,96
Cadernos de Pesquisa da UFES	1	0,48
Cadernos PUC	1	0,48
Estilos da Clínica	1	0,48
Interação (Curitiba)	1	0,48
Psicologia Clínica	1	0,48
Psicologia Educacional	1	0,48
Psicologia Escolar / Educacional	1	0,48
Psicologia Revista	1	0,48
Psicologia Teoria e Prática	1	0,48
Revista Brasileira de Pesquisa em Psicologia	1	0,48
Revista Brasileira Terapia Comportamental Cognitiva	1	0,48
Revista da ABOP	1	0,48
Revista da FEBRAP	1	0,48
Revista de Psicologia	1	0,48
Revista Mal-Estar e Subjetividade	1	0,48
Revista Psicologia (Rio de Janeiro)	1	0,48
Revista Psicologia Política	1	0,48
Temas em Psicologia	1	0,48
Temas sobre desenvolvimento	1	0,48
Vertentes	1	0,48
	209	100,00

Com relação ao período de publicação das produções estudadas (Tabela 4), verifica-se um aumento significativo de volume a partir da década de 1980. Esse dado corrobora com o processo histórico de crítica e proposição de novas práticas profissionais para a Psicologia, que começa a emergir neste período e que, aliado a outros fatores, possibilita a inserção de psicólogos em campos de atuação não tradicionais na profissão, além de fomentar, na academia, a discussão e produção de novos conhecimentos que se adequem e reflitam as condições de vida da sociedade brasileira. É um momento de questionamento do consumo irrestrito de produções estrangeiras que não retratam nem respondem às demandas da realidade brasileira. Dessa forma, percebe-se que a produção acerca da pobreza, um dos principais problemas enfrentados pela população brasileira, acompanha a necessidade de as entidades representativas da profissão e de alguns atores ligados à academia repensarem os rumos da profissão, considerada naquele momento como elitista e voltada para os interesses da classe dominante. Há, dessa forma, uma coerência entre os movimentos de questionamento da profissão e a produção de conhecimento na área. Nunca é demais lembrar que essa produção também respondia às necessidades dos profissionais que, para fazer frente à crise do mercado privado de serviços resultante do momento econômico e social que atravessava o país, buscavam a inserção em novos campos de atuação, principalmente no campo do bem-estar social, com destaque para o setor público de saúde, deparando com uma população predominante pobre que não se enquadrava nos conhecimentos psicológicos produzidos até aquele momento. Dessa forma, seja pelo estranhamento, seja pela necessidade de um conhecimento mais próximo à realidade dessa população, era necessário produzir ou, melhor dizendo, adequar teorias e técnicas que atendessem a essa nova realidade.

No entanto, é importante ressaltar que, a partir da década de 1980, se tem um incremento no número de periódicos que publicam acerca da Psicologia, resultado da criação de Programas de pós-graduação e do incentivo à realização de pesquisas na área (Costa, 2006). Dessa forma, percebe-se que o aumento da produção relacionada à pobreza segue tendências mais gerais da Psicologia como área de conhecimento. Todavia, é indiscutível que o número crescente das produções concernentes à temática em foco segue o movimento de crítica e proposição de novos rumos para a Psicologia.

Tabela 4
Período de publicação dos artigos

	N	%
Até 1975	1	0,48
1976 a 1980	4	1,91
1981 a 1985	27	12,92
1986 a 1990	47	22,49
1991 a 1995	44	21,05
1996 a 2000	61	29,19
Após 2001	25	11,96
	209	100,00

No tocante à questão da autoria, observa-se um alto nível de dispersão. A maior concentração representa 1,6% do total de autores. Essa dispersão pode indicar que os estudos sobre a pobreza são pontuais na produção geral desses autores. Outra hipótese seria a temática ter apenas um papel coadjuvante na discussão de outras problemáticas que podem, direta ou indiretamente, se articular com a pobreza. Um exemplo disso seria uma alta concentração de estudos na área de Desenvolvimento Humano que, em alguma medida, possui com a pobreza algumas interfaces, como o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de rua. No entanto, é importante ressaltar que a articulação com outras problemáticas, ou mesmo a dificuldade de localizar estudos que discutam tão somente a questão da pobreza, não é privilégio da Psicologia. As tentativas de conceituação e apreensão do fenômeno, apresentadas anteriormente neste trabalho,

revelam a dificuldade de delimitação da pobreza. Mesmo os estudos que pretendem abordar essa questão como um fenômeno em separado, ou que necessitam remeter a outras problemáticas sociais para a sua compreensão ou as conseqüências dessas questões para a sociedade, como violência, falta de moradia, entre outros, ou simplesmente se dedicam ao esforço de delimitação da população que, a partir de determinados parâmetros de medição, deve ser considerada pobre. Diante disso, a questão não reside em uma dificuldade inerente à Psicologia de estudar a pobreza, o que aliás ultrapassaria os limites dessa ciência, mas apenas reflete as limitações de uma compreensão isolada dessa questão de outras problemáticas sociais. O que se questiona é qual o caminho seguido pela Psicologia para dar conta dessa questão que, em determinado momento, recebe atenção especial em sua produção.

Apesar da dispersão relacionada à autoria, alguns dados são elucidativos no que diz respeito à vinculação desses autores a Instituições de Nível Superior e à participação de alguns deles em Grupos de Pesquisa.

No que diz respeito à afiliação institucional, 7,66% dos autores estão vinculados à Universidade de São Paulo (Tabela 5). Considerando a localização geográfica dessas instituições, tem-se que 50% dos autores estão vinculados a universidades da região Sudeste, 23,33% da região Sul e 11,67% do Nordeste.

Tabela 5
*Vinculação institucional dos autores**

	n	%
Universidade de São Paulo	16	7,66
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	7	3,35
Universidade Federal de Pernambuco	7	3,35
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	6	2,87
Universidade Federal do Paraná	6	2,87
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	5	2,39
Universidade Federal da Bahia	5	2,39
Universidade Federal Fluminense	4	1,91
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	3	1,44
Universidade Católica de Brasília	3	1,44

* São apresentadas as dez primeiras instituições com maior frequência.

A maioria dos autores está vinculada a Grupos de Pesquisa (56,94%). Esse dado é interessante já que aponta para a idéia de que, mesmo que exista produções diversas em um mesmo grupo de pesquisa, espera-se encontrar uma certa homogeneidade, teórica ou temática, que una os seus componentes. Isso significa que deve haver um eixo que integre as diferentes pesquisas desenvolvidas. No caso da pobreza, era esperado que aparecesse como um eixo ou, pelo menos, uma preocupação comum desses autores vinculados. No entanto, como já foi indicado acima, a grande dispersão existente leva a crer que essa temática aparece apenas como uma preocupação difusa que se articula, em alguns momentos, com outras mais relevantes e centrais para os grupos. Como ilustração, a Tabela 6 abaixo apresenta os dez grupos de pesquisa aos quais os autores estão vinculados.

Tabela 6
*Grupos de Pesquisa ao quais os autores estão vinculados**

	n	%
Conhecimento, Subjetividade e Práticas Sociais	6	3,33
Desenvolvimento Humano em Situações de Risco Social e Pessoal	4	2,22
Família em mudança	4	2,22
Núcleo de pesquisa sobre infância e contextos culturais	4	2,22
Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano	3	1,67
Educação Social e Meio Ambiente	3	1,67
Esporte e Psicologia	3	1,67
Laboratório de Tecnologias de Investigação da Cidade	3	1,67
Lógica Mental	3	1,67
Socialização e relações de gênero e raça	3	1,67

*Por frequência

O nome, conquanto não permita identificar com precisão as preocupações ou as linhas de pesquisa dos grupos, confirma a existência de algumas temáticas importantes na produção estudada. Nota-se que questões como desenvolvimento, infância, educação e temáticas sociais são significativas nas discussões desses grupos. Um outro dado é que não consta, em nenhum momento, a pobreza no seu título, o que parece caminhar na direção das afirmações anteriores de que não existe uma preocupação explícita com a pobreza, mas com suas conseqüências, seja para o indivíduo, por exemplo, como essa condição interfere no seu desenvolvimento, ou para a sociedade de uma forma mais ampla, no caso da questão das cidades. Essa parece ser uma questão central no trabalho, é impossível pensar na Psicologia envolvida diretamente com a questão da pobreza pensada como condição estrutural de desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim como as formas mais amplas de enfrentamento da pobreza ligadas às políticas sociais, a intervenção se situa sempre no nível das conseqüências, podendo refletir em práticas de caráter pontual e paliativo.

Em um estudo preliminar realizado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, censo 2002, 42 (10,0%), dos 397 grupos de pesquisa da Psicologia informavam algum tipo de produção relacionada à pobreza. Quanto às linhas de pesquisa, a “pobreza” aparece como palavra-chave em apenas dois grupos e estão inseridas,

segundo classificação do CNPq, predominantemente nas áreas de Psicologia Social (31%) e Desenvolvimento Humano (24%). Os grupos estão localizados, principalmente, nos estados de São Paulo (36%), Rio Grande do Sul (14%) e Bahia (4%). Esses dados confirmam o fato de a maioria dos grupos não apresentar um interesse regular pela pobreza, que aparece apenas como coadjuvante na discussão de outros temas (Dantas, Ribeiro & Yamamoto, 2005).

Um outro aspecto analisado diz respeito ao tipo de produção (Tabela 7): a maioria da produção encontrada consiste em relato de pesquisa (53,59%), seguido de estudos teóricos (26,32%) e de relatos de experiência (17,22%).

Com relação ao delineamento das pesquisas (Tabela 8), predomina o qualitativo (38,39%). Esse é um dado interessante já que as mudanças ocorridas em algumas áreas da Psicologia a partir da incorporação de preocupações mais sociais, são acompanhadas, também, por uma ampliação metodológica que implica a grande difusão dos métodos qualitativos. Esses parecem ser predominantes em áreas como Psicologia Social e Escolar. Na primeira, por exemplo, a crítica à importação de modelos metodológicos norte-americanos é marcada pela necessidade de construção de outros modelos de pesquisa, em especial de modelos qualitativos e que integre o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo e, se possível, seja acompanhado por algum tipo de intervenção.

Os relatos de experiência representam 17,22% do total de produções estudadas, o que é importante para pensar que as publicações também resultam, de certa forma, da experiência de profissionais que atuam com populações pobres. É interessante um conhecimento que se alimente da prática profissional e possa basear-se nos limites reais dessa intervenção, principalmente, no que se refere à inadequabilidade ou insuficiência do arcabouço teórico-metodológico produzido em e para outras realidades sociais.

Tabela 7
Tipo de produção

	n	%
Relato de Pesquisa	112	53,59
Teórico	55	26,32
Relato de experiência	36	17,22
Estudo de caso	4	1,91
Crônica	1	0,48
Outro	1	0,48
	209	100,00

Tabela 8
Delineamento da Pesquisa

	n	%
Pesquisa qualitativa	43	38,39
Pesquisa quantitativa	12	10,71
Pesquisa documental	6	5,36
Pesquisa descritiva	4	3,57
Pesquisa experimental	4	3,57
Pesquisa participante	4	3,57
Pesquisa ação	3	2,68
Pesquisa exploratória	3	2,68
Estudo de caso	1	0,89
Investigação diagnóstica	1	0,89
Investigação etiológica	1	0,89
Pesquisa antropológica	1	0,89
Pesquisa etnográfica	1	0,89
Pesquisa- intervenção	1	0,89
Sem informação	27	24,11
	112	100,00

A faixa etária dos sujeitos participantes da pesquisa (Tabela 9) chama a atenção, pois a maioria deles são crianças e adolescentes (50%). Esse dado corrobora com outros já discutidos com relação ao destaque da criança e adolescente em situação de pobreza, ou sofrendo as suas conseqüências, na produção da Psicologia. O destaque das produções na área de desenvolvimento e educação marca a histórica “contribuição” da Psicologia no oferecimento de modelos teóricos que justifiquem determinados obstáculos no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Tabela 9

Faixa etária dos sujeitos pesquisados

	N	%
Criança e adolescente	56	50,00
Adulto	19	16,96
Criança e adulto	4	3,57
Adolescente e adulto	2	1,79
Bebê	1	0,89
Sem sujeito	4	3,57
Sem especificação	26	23,21
	112	100,00

Outro dado interessante diz respeito aos locais de realização da pesquisa. A Tabela 10 indica a predominância de estudos realizados nos locais de moradia (33,93%), principalmente em referência àqueles característicos das populações pobres. Em seguida, as instituições educativas (19,64%), destacando-se as escolas de ensino fundamental e médio (15,18%). A Educação aparece, mais uma vez, como destaque para discussão da Psicologia com relação à pobreza. Neste caso, a escola pode se constituir um local de fácil acesso ao pesquisador, principalmente, a escola pública que abriga, na sua maioria, populações pobres.

Tabela 10

Local de realização da pesquisa

	n	%
Locais de Moradia	38	33,93
Rua	13	11,61
Comunidades	13	11,61
Favela	8	7,14
Residência	3	2,68
Bairro de periferia	1	0,89
Instituições Educativas	22	19,64
Escola	17	15,18
Creche	3	2,68
Programas de ensino	1	0,89
Pré-escola	1	0,89
Atendimento à criança e ao adolescente	8	7,14
Instituição para menores	7	6,25
Programa de atendimento à crianças e adolescentes	1	0,89
Instituições de Saúde	7	6,25
Hospital/ Ambulatório	3	2,68
Hospital/ambulatório Saúde Mental	4	3,57
Outros	4	3,57
Programas Diversos	3	2,68
Sem especificação	30	26,79

7. Caracterização da produção: o “lugar” da pobreza no conhecimento psicológico brasileiro

Qual o “lugar” da pobreza nas discussões realizadas nos estudos? Como situá-las nos diversos campos de conhecimento da Psicologia a partir da apreensão das temáticas gerais desses estudos? Para responder a estas questões, a produção foi classificada segundo a discussão relativa ao tema da pobreza (Tabela 11). Essa classificação foi realizada a partir da leitura dos resumos e da extração dos principais pontos de discussão.

Tabela 11

Caracterização da produção quanto ao tema “pobreza”

	N	%
Atendimento populações pobres	46	22,01
Recorte Populacional	36	17,22
Caracterização populações pobres	30	14,35
Adaptação atendimento/técnica psicológica	23	11,00
Crianças e adolescentes em situação de rua	21	10,05
Consequências da pobreza	16	7,66
Comparativo	16	7,66
Prática profissional	10	4,78
Temas relacionados	9	4,31
Causas da pobreza	1	0,48
Moradores de rua	1	0,48
	209	100,00

A maioria da produção se propõe a estudar o **atendimento às populações pobres** (22,01%). Em geral, são trabalhos que pretendem discutir alguns programas ou instituições que têm como público alvo as populações pobres. Além disso, estão presentes, neste conjunto, alguns relatos de experiência, em sua maioria, vinculados à academia, que apresentam a inserção da Psicologia em comunidades carentes e/ou programas governamentais voltados para essa população. Nestes estudos, é perceptível

certa preocupação com as dificuldades e limitações do profissional psicólogo, ao deparar com estas questões.

Em seguida, aparecem os trabalhos em que a pobreza é apenas critério para **recorte da população estudada** (17,22%). Nesses trabalhos, não se encontra discussão alguma acerca das implicações das condições de vida da população pobre para a temática estudada. Essa aparece apenas como uma parte da população, à primeira vista, escolhida aleatoriamente, para compor estudos de diferentes temáticas. Aqui, aparecem duas questões extremamente reveladoras da produção em Psicologia sobre o tema pobreza. A primeira diz respeito ao fato de que a Psicologia produz conhecimento acerca das populações pobres e isso não é uma tendência atual, mas vem acompanhando a produção nos últimos tempos³¹. Outra questão é que esses estudos parecem não ter qualquer preocupação com a pobreza como um fenômeno da sociedade brasileira. Em outras palavras, aqui a pobreza significa apenas um estrato da população utilizada para aplicação de técnicas de pesquisa necessárias para a discussão de temáticas específicas.

Os trabalhos que se propõem a uma **caracterização das populações** representam 14,35% do universo estudado. São trabalhos que pretendem discutir algumas características relacionadas, principalmente, ao modo de vida das populações pobres. Esse dado revela certo interesse da Psicologia em descrever e explicar, à luz do seu arcabouço teórico-metodológico, tradicionalmente construído a partir de modelos característicos das populações de maior nível de renda, alguns aspectos que chamam a atenção na forma de viver dessa população. Esses estudos possibilitam um conhecimento à Psicologia acerca das diferenças existentes entre classes sociais distintas. Isso não significa que há aqui um interesse em discutir questões mais amplas

³¹ O trabalho estudado mais antigo, data de 1951, e foi publicado nos Arquivos Brasileiros de Psicologia, com o título “Comparação entre os resultados de um teste de nível mental aplicado em diferentes grupos étnicos e sociais”.

que determinam e qualificam esse modo de viver “diferente”. O foco é muito mais de descrição dessas populações. Outro aspecto a destacar nestes estudos é o desconhecimento dos psicólogos com relação ao modo de vida da população pobres, resultado de uma formação que privilegia a literatura estrangeira distante das reais condições de vida da maioria da população brasileira (Bernardes, 1998; Lane, 2001). É necessária, nesse caso, uma descrição detalhada acerca de aspectos do cotidiano dessas pessoas que contribua para uma melhor adequação dos trabalhos desenvolvidos.

Os estudos que se propõem a uma **adaptação do atendimento ou de determinadas técnicas psicológicas** (11%) revelam a necessidade, por parte de profissionais ou pesquisadores vinculados à academia, de adaptação dos modelos clássicos de atuação da Psicologia, em função das condições de vida das populações pobres. A partir do reconhecimento das diferenças existentes no modo de vida dessas populações, sente-se a necessidade de se não construírem, pelo menos, se modificarem as formas de atendimento e as técnicas utilizadas para que se adequem à nova realidade encontrada.

O estudo de **crianças e adolescentes em situação de rua** (10,05%) representa avanços em um campo específico da Psicologia, a Psicologia do Desenvolvimento, em direção a estudos que se propõem a discutir condições específicas de desenvolvimento de crianças brasileiras.

Outra modalidade observada são os trabalhos que têm como foco as **consequências da pobreza** (7,66%). Neste caso, encontram-se produções que discutem as consequências da pobreza para o desenvolvimento humano, para o aumento no consumo de drogas ilícitas, para a geração e manutenção da violência, entre outros. Estas produções revelam a vinculação, presente também nos estudos sociológicos da

pobreza, com outras temáticas, sendo que a pobreza aparece, predominantemente, como causadora desses outros problemas sociais.

Além disso, encontramos trabalhos que se propõem a **comparar determinados aspectos da vida social, ou mesmo dos indivíduos, de diferentes classes sociais** (7,66%). Esses trabalhos aproximam-se dos discutidos acima que realizam uma caracterização da população pobre.

Com relação às temáticas principais das produções estudadas, destaca-se inicialmente a classificação desses estudos em grandes áreas da Psicologia (Tabela 12). Apesar das reconhecidas limitações acerca da categoria área de atuação³² e das classificações nacionais existentes³³, pretende-se neste ponto situar as produções estudadas nos diferentes campos de aplicação/conhecimento da Psicologia.

Tabela 12

Classificação das produções em relação às grandes áreas da Psicologia

	n	%
Psicologia Social	92	44,02
Psicologia Escolar e da Educação	31	14,83
Psicologia do Desenvolvimento	29	13,88
Psicologia Clínica e da Personalidade	18	8,61
Saúde Mental	14	6,70
Psicologia da Família e da Comunidade	10	4,78
Psicologia da Saúde	7	3,35
Metodologia de pesquisa e Instrumentação	3	1,44
Técnica de Exame Psicológico	3	1,44
Formação em Psicologia	1	0,48
Psicologia Cognitiva	1	0,48
	209	100,00

³² Para discussão acerca das áreas de atuação da Psicologia, ver Bastos (1988).

³³ Utilizou-se a classificação da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). A escolha deve-se a dificuldade de encontrar classificações que dêem conta da diversidade da Psicologia e ao fato de a SBP ser uma das principais entidades da Psicologia brasileira. Uma opção bastante razoável seria utilizar a classificação oferecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No entanto, no momento da realização deste trabalho, o seu sistema de classificação estava passando por um processo de reformulação, o que inviabilizou a sua utilização.

Os dados apontam para a predominância das áreas da Psicologia Social (44,02%), Psicologia Escolar e da Educação (14,83%) e Psicologia do Desenvolvimento (13,88%) nos estudos sobre a pobreza.

A Psicologia Social, por ter se constituído, no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, como um dos principais campos de crítica ao ‘caráter elitista’ da Psicologia Brasileira, tem destaque nestes estudos. Os demais chamam atenção por representarem historicamente as influências da Psicologia, ao estudarem as conseqüências da situação de pobreza para os indivíduos, tanto em relação ao seu desenvolvimento, como às possíveis dificuldades de aprendizagem decorrentes de ‘condições sociais desfavoráveis’. A Psicologia Clínica e da Personalidade aparece em terceiro lugar com 8,33%. Aqui reside uma discussão clássica da Psicologia: seja qual for a população atendida ou a temática alvo de preocupação, a clínica continua sendo uma das formas principais de inserção e atuação profissional.

8. ‘Pobreza’: temas e discussões da Psicologia

“Não temos paciência para escutar, para compreender que a fome (você tem fome de quê? você tem sede de quê?) nem sempre é saciada com um prato de feijão com arroz. Somos surdos ao interdito quando estamos longe dos nossos consultórios, aliás, nem acreditamos nele... Será que pobre tem inconsciente? (404³⁴, p. 45).

Nesta parte do trabalho, serão apresentados alguns dados extraídos da leitura integral de 47 artigos publicados em periódicos científicos da área de Psicologia (Apêndice C). O objetivo é discutir, de forma mais detalhada, algumas temáticas presentes nesta produção, com o intuito de conhecer mais de perto as discussões concernentes à pobreza presentes nestes textos. Para tanto, serão trabalhados blocos de discussão que possuem temáticas afins.

O primeiro bloco refere-se à discussão da **atuação profissional do psicólogo com populações pobres**, que representa a maioria dos artigos estudados (38,30%). Os trabalhos, de uma forma geral, se propõem a relatar experiências de atuação profissional, geralmente vinculados à academia e, em sua maioria, denominados de Psicologia Comunitária ou Psicologia na Comunidade. Percebe-se aqui uma predominância de estudos localizados no movimento de constituição e consolidação da Psicologia Comunitária, que se constitui como um dos primeiros campos que proporcionou o contato do psicólogo com populações carentes. Essas experiências resultam em questionamentos acerca da prática profissional, principalmente, no que se refere à sua adequação à população atendida:

³⁴ Código de identificação dos artigos consultados. Os artigos consultados na última etapa do trabalho estão listados no Apêndice C.

“...aproximação e ampliação dos serviços psicológicos aos setores e camadas menos privilegiadas – tem trazido para o debate esta nova prática do psicólogo. Seria, entretanto, na realidade uma nova prática?” (394, p. 74).

“...torna-se importante identificar o tipo de contribuição que esses trabalhos estão trazendo, na realidade, para a população, para a profissão e para a relação desse profissional com os setores da sociedade” (394, p. 77).

Os trechos acima revelam a necessidade de discussão acerca do tipo de trabalho realizado com as populações carentes. Cronologicamente, o texto situa-se no final da década de 1980, momento em que os questionamentos acerca da profissão e seu atendimento às necessidades da maioria da população brasileira eram intensos. Eis outro exemplo acerca da necessidade de aprofundamento sobre as reais condições de inserção desse profissional em comunidades carentes:

“O que o psicólogo faz, como se inseriu na realidade das populações desfavorecidas, quais as dificuldades que tem enfrentado e como avalia o próprio trabalho têm sido algumas questões levantadas por esse tipo de prática” (393, p. 237).

Outro ponto de destaque são as dificuldades encontradas pelos psicólogos ao participarem de trabalhos tradicionalmente diferentes dos que estavam acostumados a fazer, tanto no diz respeito à sua postura profissional, quanto em relação à própria definição/ diferenciação do seu trabalho frente a outras áreas profissionais:

“No trajeto do acompanhamento que estamos construindo, passamos literalmente e metaforicamente por becos estreitos, pela miséria e principalmente pelo enorme sofrimento. Nas visitas nos deparamos, diversas vezes, com o desconhecido e com o inesperado – o que dizer para alguém da família ou para o acompanhado quando dizem que não recebem o suficiente nem para comer...” (176, p. 87).

“Infelizmente, o que vemos é uma total confusão em relação ao papel/função do psicólogo. Confusão, muitas vezes, alimentada pelo próprio psicólogo, que acaba legitimando este não-lugar, sem conseguir diferenciar a sua prática, da assistência social. Embora pareça “clichê”, a intervenção do psicólogo que trabalha junto à comunidade também passa pela “escuta”. Escutar os silêncios, os entraves, as possibilidades, as entradas e saídas...” (404, p. 44).

Destacam-se, além disso, algumas discussões de natureza política acerca do direcionamento do trabalho do psicólogo com essas populações.

“Às vezes, sob a bandeira de atender aos mais necessitados, podemos, ingenuamente, estar fazendo, talvez de uma maneira mais sutil, um trabalho de conformação e manutenção do status-quo” (394, p. 77).

“Talvez seja o momento da psicologia, ao se definir preocupada com o processo de transformação das relações estabelecidas pela comunidade com o sistema capitalista, promover, coerentemente a isso, uma reflexão sobre a sua prática. Dizer isto significa que a psicologia, assim como outras disciplinas das ciências sociais, assuma um compromisso não mais com a burguesia e sim com a classe trabalhadora” (394, p. 80).

Nos trechos acima, está presente o discurso de “compromisso social” da Psicologia e a conseqüente, necessidade não só de aproximação do profissional de populações carentes, mas também do questionamento do que se pretende fazer, e quais os reais objetivos desse tipo de atuação. A descrição de algumas atividades, presente nestes relatos de experiência, talvez ajude a pensar um pouco nestas questões.

“Não queremos de antemão dirigir, ensinar, cair no pedagógico. O que queremos é escutá-los. Eles ainda não sabem disto. Por isso o grupo é confuso, às vezes até angustiante” (143, p. 47).

O trecho ilustra os embates existentes entre as necessidades da população e os serviços ofertados pelo profissional de Psicologia. A postura tradicional de escuta do psicólogo, característica do modelo clínico privado se coloca como prioridade na atuação profissional, mesmo que isso “angustie” os usuários dos serviços por não entenderem essa postura. Neste ponto, o viés clínico marca a atuação profissional, independente das características da população atendida.

Em outros artigos, a tônica das discussões revelam tendências presentes, principalmente na Psicologia Comunitária, que priorizam a tomada de consciência dos membros de determinada comunidade em busca de uma transformação. Fica mais claro, nestes trabalhos, um objetivo político de atuação em direção a uma almejada “transformação social”.

“É um trabalho de ensino, pesquisa e extensão: treina estudantes em técnicas de intervenção psicossociológica e pretende também estar treinando moradores de favelas em técnicas de auto-organização; pesquisa a vida, a cultura e os hábitos das comunidades e busca criar um instrumental científico e pedagógico de intervenção em meios abertos; finalmente, busca efetivamente a transformação das comunidades faveladas” (146, p. 37).

“...desenvolver uma atividade em conjunto que visa suprir a necessidade de fazer com que a comunidade se aproprie dos recursos ali existentes e que seus membros tornem-se mais conscientes e participativos” (81, p.4).

“Trata-se de uma tentativa de contribuir para um movimento de transformação social. Temos a consciência de que este é o início de uma longa caminhada que busca a conscientização e tenta fazer com que os moradores da Vila Nossa Senhora de Fátima possam ser realmente cidadãos participativos” (81, p. 7).

Apesar de efetivamente proporem uma atuação de cunho mais social, não são estabelecidos os limites da Psicologia, como ciência e profissão. Em outras palavras, a descrição das atividades realizadas pelos psicólogos, e as reflexões delas decorrentes parecem se situar em dois extremos. De um lado, o modelo clínico de atuação continua a marcar a profissão, independente da população e do lugar em que se trabalham. Por outro lado, propõe-se uma atuação transformadora, de cunho social e político, sem, no entanto, considerar os limites estruturais colocados para mudanças efetivas nas condições de vida das populações pobres.

Somado a isso, têm-se as discussões que retratam a dificuldade de atuação do psicólogo frente a determinadas características das populações pobres.

“Em primeiro lugar, existe o já falado problema das diferenças culturais entre o cliente e o estagiário” (384, p. 83).

“Geralmente por parte dos pais existe pouca mobilização para se procurar um atendimento psicológico para seu filho... essa atitude se reproduz de geração para geração e é, portanto, um traço cultural de tentativa de resolução de conflitos por outras vias que não a ajuda de um psicólogo” (384, p. 83).

“Ao situar a relação existente entre o carente, a instituição e os profissionais desta área, acredito estar demonstrando algumas dificuldades para a execução deste trabalho. Acrescento ainda como uma dificuldade a “linguagem”. Para o carente é impossível entender a “fala difícil” do psicoterapeuta” (30, p. 83).

“Todos aproximavam-se muito, com seus rostos sujos, carentes e agressivos, produzindo-nos um impulso de “largar tudo” e de deixa-los o que nos levou a manifestar, explicitamente, grande irritabilidade” (92, p. 75).

As diferenças existentes entre o saber do psicólogo e as características da população atendida se colocam para os autores acima como entraves para a atuação do

profissional. No entanto, percebe-se que o reconhecimento dessas dificuldades também aponta para a necessidade de uma aproximação maior das condições de vida da população atendida.

“Apesar de ser possível, com alguma experiência clínica, distinguir-se traços patológicos dos traços peculiares a um universo cultural específico, começou a surgir em nós o interesse de um estudo mais próximo de tudo o que envolve a realidade da vida das pessoas – seus valores, crenças, formas de comunicação, dificuldades, etc. Acreditamos desta maneira poder lidar, de uma forma mais respeitosa e adequada, com clientes pertencentes a este universo cultural” (42, p. 67).

“Antes de ver com os próprios olhos a extrema pobreza das moradias, jamais teríamos uma noção aproximada do que é viver ali, de seus valores, ou mesmo de sua cultura. Ir até a família esclareceu para nós que qualquer tipo de intervenção, terapêutica ou não, não pode ignorar tal realidade, precisamos ver, sentir, além de escutar” (176, p. 88).

“Enfatizamos a importância do conhecimento das diferenças culturais para fazer escolhas teóricas e metodológicas que contemplem a complexidade dos fenômenos humanos, bem como estratégias de tratamento e intervenção terapêutica mais eficazes e menos etnocêntricas” (227, p. 145).

O reconhecimento das diferenças impõe a necessidade de conhecer, de forma mais próxima, a realidade das populações pobres atendidas. Este parece ser um avanço para a Psicologia. Embora não indiquem caminhos claros de intervenção, os artigos estudados questionam a inadequação de uma atenção que não leve em consideração as particularidades dessa população. Além disso, estão presentes discussões que questionam a adequação do conhecimento para essas populações.

“...o saber e a prática dos psicólogos estão norteados por referenciais teóricos e modelos práticos cuja concepção de

homem implícita aponta para um sujeito descontextualizado do seu tempo histórico e do seu espaço cultural; modelos que não valorizam o conhecimento prático dessas comunidades e nem têm por base suas reais necessidades” (227, p. 139).

“...há uma crença de que todo o arsenal teórico-técnico é adequado à toda clientela independentemente de seu contexto cultural” (227, p. 140).

Em busca do conhecimento acerca das condições de vida das populações pobres, outros estudos (23,40% do total) **caracterizam determinados segmentos dessa população**, em especial a vida de crianças e adolescentes e o modo de organização familiar.

“...descrever a situação de crianças consideradas carentes, membros da população pobre e que são expressão da grande maioria das crianças brasileiras, e conhecer suas atividades de lazer fora de casa” (41, p.90).

“Trata-se de um projeto de pesquisa em Psicologia Social, com o objetivo de buscar a compreensão do menino carente, a partir da compreensão do processo de estruturação de sua identidade social” (180, p. 120).

“O problema maior e permanente das famílias da Vila é que vivem num limite muito estreito de sobrevivência. Qualquer imprevisto pode fazer com que a balança penda para o lado da miséria, da escassez absoluta” (55, p. 125).

Nestes artigos, as condições de vida da população são analisadas de forma a se constituir um material que ofereça à Psicologia um conhecimento necessário a uma possível atuação ou simplesmente a aproxime dessa realidade.

Outro bloco de discussões refere-se ao **desenvolvimento de crianças e seu rendimento escolar** (19,15%). Esta é uma temática importante quando se pensa na relação da Psicologia com a pobreza. Estão presentes algumas discussões clássicas com relação à utilização de instrumentos psicométricos para medir determinadas capacidades

das crianças. A título de exemplo, um dos artigos defende a utilização de testes psicológicos como necessários para avaliação de determinados aspectos do desenvolvimento das crianças, além de concluir, a partir do resultado da pesquisa, pela deficiência no desenvolvimento de crianças pobres.

“...não se pode simplesmente invalidar todo e qualquer instrumento de avaliação do desenvolvimento, pois os mesmos podem informar sobre o estágio em que se encontram os indivíduos e permitem fazer importantes comparações inter e intra grupos” (135, p. 53).

“Contrariando o senso comum, nossos resultados parecem indicar que o excelente desempenho motor de algumas pessoas oriundas das camadas mais pobres da população antes de ser uma regra, constitui uma exceção” (135, p.56).

Por outro lado, em outras produções, já aparece o embate entre tendências que consideram que as crianças pobres possuem um atraso no desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem, em virtude de um ambiente pobre de estímulos, ao lado de outras que acreditam que as escolas oferecidas a essa população não são adequadas às suas necessidades.

“Esta representação pejorativa dos pobres, gerada do lugar social da classe dominante e em consonância com seus interesses, foi encampada pela Psicologia e pode ser encontrada na teoria da carência cultural quando ela afirma que o ambiente familiar na pobreza é deficiente de estímulos sensoriais, de interações verbais, de contatos afetivos entre pais e filhos, de interesse dos adultos pelo destino das crianças, num visível desconhecimento da complexidade e das nuances da vida que se desenrola nas casas dos bairros mais pobres” (150, p. 111).

“A diferença de cultura das crianças das camadas baixas da sociedade coloca-as em situação de inferioridade diante do tipo de aprendizagem que é oferecida pela escola e faz com que, muito frequentemente, não cheguem a ultrapassar essa primeira barreira, fracassem nos primeiros anos de estudo e terminem por abandonar os estudos” (37, p.115).

Percebe-se aqui, com nitidez, o desenvolvimento do campo da Psicologia Escolar que tenta ir além das concepções individualistas que vêem o indivíduo como o único culpado pelo mau desempenho escolar, para o questionamento do processo ensino-aprendizagem que, por seguir o modelo das classes dominantes, desconsidera as particularidades das condições de vida das crianças e de suas necessidades.

Em seguida, tem-se a **discussão de temáticas mais gerais** (12,77%), para além do campo de conhecimento da Psicologia. É interessante perceber que essas discussões começam a ser inseridas no campo da Psicologia, seja como resultado de uma ampliação nos campos de atuação, seja pelo reconhecimento da necessidade de produzir conhecimentos que se articulem com áreas, como a Sociologia, para responder a demandas mais amplas da sociedade brasileira. O trecho abaixo ilustra essas discussões, bem como mostra os conhecimentos psicológicos como historicamente influenciando na forma pela qual foi tratada a questão das crianças e adolescentes em situação de pobreza:

“a psicologia contribuiu com os higienistas ao realizar experimentos e mensurar as capacidades dos sujeitos, engrossando o caldo da exclusão” (202, p. 69).

Por último, os artigos (6,38%) que utilizam **conceitos tradicionalmente psicológicos**, adequando-os ou questionando a sua validade para esses estratos populacionais.

*“... cabe a investigação do **fenômeno edípico** no nosso espaço-tempo cultural e histórico, como um pressuposto básico para o estudo da construção social da criança pré-escolar em famílias de baixa renda” (11, p. 73).*

*“Sabe-se que as condições indignas e a precariedade das contingências econômicas e sociais que castigam a maioria das famílias brasileiras podem afetar de forma adversa o desenvolvimento de crianças, adultos e grupos. Entretanto, isso não pode ser considerado regra sem exceção. Muitas vezes, estes grupos desenvolvem processos e mecanismos que garantem a sua sobrevivência, não só física, mas dos valores de identidade cultural, e tornam-se o contexto essencial para o desenvolvimento saudável de seus membros. Poderíamos classificar estes grupos como **resilientes**?”*(86, p.121).

De uma forma geral, a maioria das discussões aponta para a necessidade de atendimento das populações pobres pela Psicologia, sendo que é questionada a forma tradicional do modelo de atenção psicológico. Não foi encontrada, no entanto, produção alguma que proponha efetivamente a construção de novos conhecimentos que embasem as práticas desenvolvidas com populações pobres, a não ser os estudos de Psicologia Comunitária que, historicamente, se constitui um campo profícuo para a produção de conhecimento mais próximo da realidade da população pobre. Todavia, as discussões são marcadas muito mais por uma crítica ao estabelecido na profissão do que a proposição de caminhos alternativos efetivos. Portanto, percebe-se um avanço na tentativa de aproximar a Psicologia às populações pobres, de ampliar as possibilidades de atuação para além dos campos tradicionais de trabalho, de construir um discurso de compromisso social da profissão. No entanto, ainda é presente a dificuldade de construção de modelos teórico-metodológicos que ofereçam ao profissional novas possibilidades de atuação. A afirmação de Yamamoto (2003) de que a “questão não parece residir em *com quem* a Psicologia, neste movimento, vem se comprometendo, mas na *forma* desse compromisso” (p. 48), de onde se conclui pela necessidade de avanços na Psicologia em direção à produção de conhecimentos que lhe proporcionem um atendimento efetivo das necessidades dessa população.

9. Algumas considerações acerca das possibilidades e limites da Psicologia no enfrentamento da pobreza no Brasil

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, faz-se necessário retomar algumas questões teóricas importantes para se pensar como a Psicologia tem pensado e lidado com a pobreza a partir da literatura que circula no meio acadêmico brasileiro. Para tanto, elegeram-se dois eixos de discussão: o primeiro refere-se à forma pela qual a pobreza é compreendida e tratada na literatura e como isso se reflete nos estudos produzidos pela Psicologia acerca da temática; em seguida, discute-se a relação existente entre o processo de desenvolvimento da Psicologia, como ciência e profissão, e as possibilidades de aproximação das camadas mais pobres da população, bem como os limites dessa atuação.

A dificuldade de delimitação do fenômeno da pobreza conduz a algumas opções teórico-metológicas que vão desde a separação da população em pobres e não pobres, sem a discussão acerca das condições de vida e de suas relações com questões mais amplas da sociedade, até o recorte do fenômeno em dimensões específicas como, por exemplo, a capacidade de engajamento político dessas populações. A perspectiva assumida neste trabalho, com base na obra marxiana, revela a impossibilidade de estudo e tratamento da pobreza como fenômeno isolado da forma de organização e estruturação da sociedade capitalista, entendendo-a como uma das manifestações da “questão social” a ser tratada por políticas sociais conduzidas nos marcos do Estado capitalista.

Na Psicologia, a produção de conhecimento ora caminha para o recorte da população pobre com o intuito de estudar determinadas dimensões psicológicas e/ou sociais, ora relaciona a temática com outras problemáticas sociais como, por exemplo, o

desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Dessa forma, percebe-se que essa produção segue, apesar das especificidades da área, tendências presentes em outros campos de conhecimento de estudar esse fenômeno como isolado da forma de estruturação mais ampla da sociedade, ou entendê-lo como gerador de outras problemáticas sociais.

Além disso, a pobreza não aparece como uma preocupação explícita da Psicologia e, dessa forma, não se pode afirmar que exista uma literatura brasileira psicológica acerca do tema. O que encontramos são estudos dispersos, de naturezas diferentes, pontuais na produção geral dos autores e que possuem interseção com outros campos de conhecimento, já que muito do que foi estudado é publicado em revistas científicas de outras áreas de conhecimento.

Entretanto, é possível verificar que esses estudos se diferenciam, caso consideremos o “lugar” que a pobreza ocupa nas teorizações propostas e o seu objetivo. Para tornar mais claro, tem-se, por um lado, a produção que estuda as conseqüências da pobreza para o indivíduo sem, no entanto, considerar ou propor formas de alterações nas condições de vida dessas populações. Aqui estão localizadas as produções em que são ressaltadas determinadas características das populações pobres, diferenciando-as de outras classes sociais e imprimindo limitações decorrentes de suas condições de vida. Nesse caso, destacam-se os estudos que atestam a dificuldade de aprendizagem de crianças em situação de pobreza, ou que identificam atrasos no seu desenvolvimento. Por outro lado, verifica-se que a necessidade de desenvolvimento da profissão em direção a uma atuação mais próxima da realidade social brasileira propiciou a produção de trabalhos em que a pobreza aparece como uma questão a ser considerada na atuação do psicólogo. Tomem-se como exemplo, os trabalhos

desenvolvidos pela Psicologia Comunitária, em que é comum o relato das condições de vida da população, a forma de inserção do psicólogo comunitário em comunidades carentes, as dificuldades para a atuação do psicólogo, a necessidade de adaptação das teorias e técnicas psicológicas para essas populações e questionamentos acerca da direção política que deve permear o trabalho.

Além disso, ressalta-se a existência de estudos que relacionam a temática a outras problemáticas sociais, desviando o foco de análise para questões mais amplas, como violência, falta de moradia, entre outros.

Em síntese, não é possível estudar a produção de conhecimento em Psicologia acerca da pobreza sem considerar as várias opções teóricas de aproximação e delimitação do fenômeno. A diversidade nas produções encontradas reflete os caminhos trilhados e os posicionamentos assumidos pelos autores no estudo da temática. O que fica claro, nestes estudos, é a existência de lacunas decorrentes da dificuldade de articulação da pobreza com o desenvolvimento e estruturação da sociedade capitalista, que impede uma compreensão mais ampla do fenômeno, bem como o reconhecimento das limitações no entendimento da questão e das possibilidades de construção de um conhecimento que transforme efetivamente o saber/fazer e não se restrinja à adaptação de teorias e técnicas psicológicas.

O outro eixo de análise aqui proposto refere-se às possibilidades de aproximação da Psicologia das camadas mais pobres da população relatadas na literatura estudada. Ela se deu, principalmente, por duas vias: o desenvolvimento de campos específicos, como a Psicologia Comunitária, que propunha, desde o seu surgimento, uma atuação voltada para comunidades carentes; e a inserção do psicólogo no campo do bem-estar social, fomentando as discussões

acerca da necessidade de um compromisso maior desse profissional com a sociedade brasileira. Independentemente da forma de aproximação dos profissionais dessa população, é inegável que as necessidades do mercado de trabalho e as escolhas políticas de importantes segmentos da profissão propiciaram a abertura de campos de trabalho em que as populações pobres são alvos da atuação do psicólogo. O que se questiona aqui é como a Psicologia vem atuando com essas populações, para que se possa pensar nos entraves e avanços alcançados na profissão.

De um lado, encontram-se os estudos marcados por tendências clássicas na Psicologia, decorrentes principalmente do modelo clínico privatista, que acredita na aplicação direta dos conhecimentos psicológicos para qualquer tipo de população, independente do lugar que ocupa na sociedade. É a idéia de uma universalidade da Psicologia que autoriza seus profissionais a atuarem independentemente do lugar, da população e dos objetivos dos trabalhos. Não é negado aqui o desejo ou necessidade de trabalhar com as populações pobres, o que se questiona é que não são consideradas as particularidades dessa população e suas implicações para a prática psicológica. Ademais, as produções não questionam em que direção essas práticas são conduzidas, se para uma efetiva transformação das condições de vida das populações a quem se destina, ou se para apenas uma melhor adequação delas à sua condição.

Por outro lado, destacam-se aqueles estudos em que é marcante a crítica aos modelos clássicos e a proposição de uma nova Psicologia comprometida com as necessidades reais da população brasileira, e que têm como opção política a ‘transformação social’. Nesses casos, algumas questões merecem destaque. É inegável que há aqui um desenvolvimento positivo da

profissão a partir do reconhecimento do seu caráter elitista e da necessidade de ampliação dos seus campos de atuação. São relatos de experiência que mostram a inserção de profissionais, pesquisadores e estudantes de Psicologia em comunidades carentes, e suas tentativas de construção de novas formas de atuação. No entanto, o que se discute é o fato de não haver uma compreensão adequada desse trabalho, nem com relação ao que o embasa teoricamente, nem sobre os limites colocados para os profissionais pela organização da sociedade capitalista e acerca das formas de enfrentamento de suas problemáticas sociais. Em outras palavras, o trabalho do psicólogo com a pobreza é marcado por limites estruturais claros, que necessitam ser compreendidos para que se avance nas práticas desenvolvidas. Além disso, a inserção dos psicólogos no campo do bem-estar social implica uma compreensão acerca do papel e desenvolvimento histórico das políticas sociais no Estado capitalista. A forma de estruturação dessas políticas e sua configuração contemporânea demandam formas específicas de atuação condizentes com os objetivos propostos e marcadas por limites que estão além do arsenal teórico-metodológico da Psicologia. Em outras palavras, é infrutífero pensar em uma atuação que desconsidere os reais objetivos de políticas que se propõem ao enfrentamento da pobreza e que estão pautadas pelo ideário neoliberal.

Portanto, é notório que os psicólogos estão atuando com populações pobres e produzindo sobre elas. No entanto, é necessário caminhar para a construção e aplicação de um conhecimento condizente com as necessidades dessa população e que considere os marcos estruturais aos quais estão submetidos esses profissionais. Dessa forma, será possível, por um lado, avançar para além da reprodução de modelos de atuação que desconsidere as especificidades da população trabalhando em nome de uma suposta ‘universalidade’ do objeto

a que se destina a atuação psicológica, e, por outro, melhor delimitar o real significado das práticas que buscam a ‘transformação social’, contribuindo, dessa forma, para a construção de teorias e técnicas que colaborem efetivamente, em conjunto com outros profissionais, para ações que visem a uma melhora real nas condições de vida da população.

Nossa expectativa, ao conduzir este trabalho foi, dentro dos limites anteriormente assinalados, traçar um quadro da forma como a Psicologia vem estudando e lidando com a pobreza no Brasil. Esperamos que este trabalho contribua para uma compreensão mais qualificada, por pesquisadores e profissionais, acerca do significado real das práticas desenvolvidas pela Psicologia com populações pobres no Brasil. É importante ressaltar a necessidade de realização de outros estudos em que se possa avançar na construção de um conhecimento psicológico que contribua para o tratamento desta problemática tão alarmante na realidade do país e que dê subsídios para o desenvolvimento de práticas psicológicas condizentes com essa realidade.

10. Referências Bibliográficas

- Abranches, S. H. (1985). *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. (2ªed.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Abranches, S. H. (1989). Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: S. H. Abranches, W. G. Santos & M. A. Coimbra (Orgs.), *Política social e combate à pobreza* (2ªed., pp. 9-31) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Alves, M. H. M (1989). *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Anderson, P. (2000). Balanço do neoliberalismo. In E. Sader & P. Gentile (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático* (5ª ed., pp. 9-34). São Paulo: Paz e Terra.
- Angelucci, C. B., Kalmus, J., Paparelli, R., & Patto, M. H. S. (2004). O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa*, 30(1), 51-72.
- Antunes, M. A. M. (1999). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sob a sua constituição*. São Paulo: Unimarco.
- Antunes, M. A. M. (2004). A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In M. Massimi & M. C. Guedes (Orgs.), *História da Psicologia no Brasil: novos estudos* (pp. 109-152). São Paulo: EDUC; Cortez.
- Antunes, R. (1995) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (2ª ed.). São Paulo: Cortez Editora/ Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Antunes, R. (2002). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (6ªed.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Barros, R. P., Henriques, R., & Mendonça, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 123-142.
- Barros, R. P., Henriques, R., & Mendonça, R. (2001). A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Texto para discussão nº 800, IPEA*.

- Bastos, A. V. B. (1988). Áreas de atuação: em questão o nosso modelo profissional. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 163-193). São Paulo: Edicon.
- Bernardes, J. S. (2005). História. In S. M. Neves (Org.), *Psicologia Social Contemporânea* (9ª ed., pp. 19-35). Petrópolis: Vozes.
- Boarini, M. L. (1996). A formação (necessária) do psicólogo para atuar na saúde pública. *Psicologia em Estudo*, 1, 93-132.
- Bock, A. M. B. (1999a). *Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia*. São Paulo: EDUC/ Cortez Editora.
- Bock, A. M. B. (1999b). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.
- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e Compromisso Social* (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.
- Botomé, S. P. (1979). A quem nós psicólogos servimos de fato? *Psicologia* 5(1), 1-15.
- Carvalho, D. B., & Yamamoto, O. H. (1999). Psicologia e saúde: uma análise da estruturação de um novo campo teórico-prático. *Psico*, 30(1), 5-28.
- Casate, J. C., & Côrrea, A. K. (2005). Humanização do atendimento em saúde: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 13(1), 105-111.
- Cerqueira Filho, G. (1982). *A “questão social” no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cohn, A. (2000). A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In C. E. Mota (Org.), *Viagem incompleta: a grande transição* (pp. 383-403). São Paulo: SESC.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do autor.
- Conselho Federal de Psicologia (1992). *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. Campinas: Átomo.
- Conselho Federal de Psicologia (1994). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Costa, A. L. F. (2006). *Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da classificação qualis em Psicologia*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.

- Coutinho, C. N. (2000). Representación de intereses, formulación de políticas y hegemonía. In E. Borgianni & C. Montaña (Orgs.), *La política social hoy* (pp. 103-118). São Paulo: Cortez
- Cunha, E. P., & Cunha, E. S. M. (2002). Políticas públicas sociais. In A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães & W. Vide, *Políticas públicas* (pp. 12-25). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Dantas, C. M. B., Ribeiro, A. B., & Yamamoto, O. H. (2005). Psicologia e pobreza: em questão a produção de conhecimento dos grupos de pesquisa brasileiros [Resumo] In IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia (Org.), *Anais do IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia*, Salvador: autor.
- Dantas, R. A. S., Sawada, N. O., & Malerbo, M. B. (2003). Pesquisas sobre qualidade de vida: revisão da produção científica das universidades públicas do estado de São Paulo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(4), 532-538.
- Demo, P. (1986). *Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade*. Campinas: Autores Associados.
- Demo, P. (2002). *Charme da exclusão social* (2ª ed.). Campinas: Autores Associados.
- Demo, P. (2003). *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes.
- Dimenstein, M. D. B. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios teóricos para a formação e atuação profissional. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 53-81.
- Draibe, S. M. (1990a). As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectiva. In: *Prioridades e perspectivas de política para a década de 90* (pp. 1-66). Brasília: IPEA.
- Draibe, S. M. (1990b) As políticas de combate à pobreza na América Latina. *São Paulo em Perspectiva*, 4(2), 18-24.
- Draibe, S. M. (1997). A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reforma? In E. Diniz & S. Azevedo (Orgs.), *Reforma no Estado e democracia no Brasil* (pp. 213-258). Brasília: Ed. UNB/ENAP.
- Engels, F. (1985). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (R. C. Artigas & R. Forti). São Paulo: Global. (Texto original publicado em 1895).
- Esch, C. F., & Jacó-Vilela, A. M. (2001). A regulamentação da profissão de psicólogo e os currículos de formação psi. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo & H. B. C. Rodrigues (Orgs.) *Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*.(pp.17-24) Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ.
- Faleiros, V. P. (2000). Las funciones de la política social en el capitalismo. In E. Borgianni & C. Montaña (Orgs.), *La política social hoy* (pp. 103-118). São Paulo: Cortez

- Fernandes, L. (2000). Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In E. Sader & P. Gentile (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático* (5ª ed., pp. 54-61). São Paulo: Paz e Terra.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 23(79), 257-272.
- Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo. Clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, M. A. C. (1989). *O trabalho alienado e o psicólogo do trabalho: algumas questões sobre o papel do psicólogo na produção capitalista*. São Paulo: EDICON.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária – práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 e 90 no Brasil. In F. H. R. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 55-80). Petrópolis: Vozes.
- Gomes, R., Fonseca, E. M. G. O., & Veiga, A. J. M. O. (2002). A visão da pediatria acerca da gravidez na adolescência: um estudo bibliográfico. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 10(3), 408-414.
- Granja, E. C. (1995). *Produção científica: dissertações e teses do IPUSP (1980/1989)*. Tese de doutorado não-publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Huberman, L. (1986). *História da riqueza do homem* (21ª ed.) Rio de Janeiro: Guanabara.
- Iamamoto, M. & Carvalho, R. (1990). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.
- IPEA (2002). *Boletim de Políticas Sociais – número 5*. Acessado em 18 de outubro de 2003 no World Wide Web: <http://www.ipea.gov.br>.
- IPEA (2003). *Boletim de Políticas Sociais – número 6*. Acessado em 18 de outubro de 2003 no World Wide Web: <http://www.ipea.gov.br>.
- Lane, S. M. T. (1996). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis: Vozes.
- Lane, S. T. M. (2001). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (13ª ed, pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lessa, C., Salm, C., Soares, L. T., & Dain, S. (1997). Pobreza e política social: a exclusão nos anos 90. *Revista Praga: estudos marxista*, 3.
- Marx, K. (1998). O Capital: crítica da economia política (Livro I, Volume II, Tradução de Reginaldo Sant’anna). Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil. (Texto original publicado em 1890).

- Marx, K., & Engels, F. (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez. (Texto original publicado em 1848).
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Neto, A. C. (1993). Notas sobre o Estado do Bem-Estar Social. *Educação em Questão*, 5(2), 19-51.
- Netto, J. P. (1990). *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte/ São Paulo: Oficina de Livros
- Netto, J. P. (2001). *Capitalismo monopolista e serviço social* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Nunes, E. (1990) Carências e modos de vida. *São Paulo em Perspectiva*, 4(2), 2-7.
- Oliveira, F. (1988). O surgimento do antivalor: capital, força, trabalho e fundo público. *Novos Estudos CEBRAP*, 22, 8-28.
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Costa, A. L., Lima, F. L., Reinecke, A. A., Carvalho, D. B., & Yamamoto, O. H. (2004). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: formação acadêmica e prática profissional. *Interações – estudos e pesquisas em Psicologia*, 9(17), 71-89.
- Pastorini, A. (2004). *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez Editora.
- Pessotti, I. (1988). Notas para uma história da psicologia brasileira. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 17-31). São Paulo: EDICON.
- Pochmann, M. (2004). Proteção social na periferia do capitalismo – considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2), 3-16.
- Presidência da República (2004) *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: IPEA.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2004). *Relatório do desenvolvimento 2004: liberdade cultural num mundo diversificado*. New York: PNUD.
- Ribeiro, M. (1999). Exclusão: problematização do conceito. *Educação e Pesquisa*, 25(1), pp. 35-49.
- Rocha, S. (1995). Governabilidade e Pobreza: o desafio dos números. In L. Valladares & M. P. Coelho (Orgs.), *Governabilidade e pobreza no Brasil* (pp. 221-265). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Rocha, S. (2000). Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real. *Texto para discussão nº 721, IPEA*.
- Rocha, S. (2001). Alguns consensos sobre a questão da pobreza no Brasil. In L. Dowbor & S. Kilsztajn, S. (Orgs.), *Economia Social no Brasil* (pp. 71–88). São Paulo: Editora Senac.
- Rocha, S. (2004). Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos? *Estudos e Pesquisas nº 83, IPEA*.
- Sarriera J. C., Freitas, M. F. Q., & Scarparo, H. (2003). Para onde caminha a Psicologia (Social) Comunitária no Brasil? Um balanço a partir dos frutos de sua trajetória. In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e da prática psicológica* (pp. 167-183). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Scarparo, H. B. K. (2002). *O processo de construção de um saber-agir: registros da Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Schwartzman, S. (2004). *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Soares, L. T. R. (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Soto, S. F. (2003). El concepto de pobreza en la teoría marxista. *Serviço Social e Sociedade, (73)*, 5-22.
- Telles, V. S. (2001). *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia.
- Troyano, A. A., Hoffmann, M. B. P., & Ferreira, S. P. (1990) Condições de vida e pobreza: elementos para uma discussão metodológica. *São Paulo em Perspectiva, 4(2)*, 32-36.
- Vieira, E. (1983). *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da Psicologia*. São Paulo: EDICON.
- Yamamoto, O. H. (2003) Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e Compromisso Social*. (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.
- Yamamoto, O. H., Souza, C. C., & Yamamoto, M. E. (1999). A produção científica na psicologia: uma análise dos periódicos brasileiros no período 1990-1997. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 12*, 549-565.
- Witter, G. P. (Org.) (1999). *Produção Científica em Psicologia e Educação*. Campinas: Alínea.

10. Referências Bibliográficas

- Abranches, S. H. (1985). *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. (2ªed.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Abranches, S. H. (1989). Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: S. H. Abranches, W. G. Santos & M. A. Coimbra (Orgs.), *Política social e combate à pobreza* (2ªed., pp. 9-31) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Alves, M. H. M (1989). *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Anderson, P. (2000). Balanço do neoliberalismo. In E. Sader & P. Gentile (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático* (5ª ed., pp. 9-34). São Paulo: Paz e Terra.
- Angelucci, C. B., Kalmus, J., Paparelli, R., & Patto, M. H. S. (2004). O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa*, 30(1), 51-72.
- Antunes, M. A. M. (1999). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sob a sua constituição*. São Paulo: Unimarco.
- Antunes, M. A. M. (2004). A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In M. Massimi & M. C. Guedes (Orgs.), *História da Psicologia no Brasil: novos estudos* (pp. 109-152). São Paulo: EDUC; Cortez.
- Antunes, R. (1995) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (2ª ed.). São Paulo: Cortez Editora/ Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Antunes, R. (2002). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (6ªed.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Barros, R. P., Henriques, R., & Mendonça, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 123-142.
- Barros, R. P., Henriques, R., & Mendonça, R. (2001). A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Texto para discussão nº 800, IPEA*.

- Bastos, A. V. B. (1988). Áreas de atuação: em questão o nosso modelo profissional. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 163-193). São Paulo: Edicon.
- Bernardes, J. S. (2005). História. In S. M. Neves (Org.), *Psicologia Social Contemporânea* (9ª ed., pp. 19-35). Petrópolis: Vozes.
- Boarini, M. L. (1996). A formação (necessária) do psicólogo para atuar na saúde pública. *Psicologia em Estudo*, 1, 93-132.
- Bock, A. M. B. (1999a). *Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia*. São Paulo: EDUC/ Cortez Editora.
- Bock, A. M. B. (1999b). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.
- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e Compromisso Social* (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.
- Botomé, S. P. (1979). A quem nós psicólogos servimos de fato? *Psicologia* 5(1), 1-15.
- Carvalho, D. B., & Yamamoto, O. H. (1999). Psicologia e saúde: uma análise da estruturação de um novo campo teórico-prático. *Psico*, 30(1), 5-28.
- Casate, J. C., & Côrrea, A. K. (2005). Humanização do atendimento em saúde: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 13(1), 105-111.
- Cerqueira Filho, G. (1982). *A “questão social” no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cohn, A. (2000). A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In C. E. Mota (Org.), *Viagem incompleta: a grande transição* (pp. 383-403). São Paulo: SESC.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do autor.
- Conselho Federal de Psicologia (1992). *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. Campinas: Átomo.
- Conselho Federal de Psicologia (1994). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Costa, A. L. F. (2006). *Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da classificação qualis em Psicologia*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.

- Coutinho, C. N. (2000). Representación de intereses, formulación de políticas y hegemonía. In E. Borgianni & C. Montaña (Orgs.), *La política social hoy* (pp. 103-118). São Paulo: Cortez
- Cunha, E. P., & Cunha, E. S. M. (2002). Políticas públicas sociais. In A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães & W. Vide, *Políticas públicas* (pp. 12-25). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Dantas, C. M. B., Ribeiro, A. B., & Yamamoto, O. H. (2005). Psicologia e pobreza: em questão a produção de conhecimento dos grupos de pesquisa brasileiros [Resumo] In IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia (Org.), *Anais do IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia*, Salvador: autor.
- Dantas, R. A. S., Sawada, N. O., & Malerbo, M. B. (2003). Pesquisas sobre qualidade de vida: revisão da produção científica das universidades públicas do estado de São Paulo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(4), 532-538.
- Demo, P. (1986). *Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade*. Campinas: Autores Associados.
- Demo, P. (2002). *Charme da exclusão social* (2ª ed.). Campinas: Autores Associados.
- Demo, P. (2003). *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes.
- Dimenstein, M. D. B. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios teóricos para a formação e atuação profissional. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 53-81.
- Draibe, S. M. (1990a). As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectiva. In: *Prioridades e perspectivas de política para a década de 90* (pp. 1-66). Brasília: IPEA.
- Draibe, S. M. (1990b) As políticas de combate à pobreza na América Latina. *São Paulo em Perspectiva*, 4(2), 18-24.
- Draibe, S. M. (1997). A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reforma? In E. Diniz & S. Azevedo (Orgs.), *Reforma no Estado e democracia no Brasil* (pp. 213-258). Brasília: Ed. UNB/ENAP.
- Engels, F. (1985). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (R. C. Artigas & R. Forti). São Paulo: Global. (Texto original publicado em 1895).
- Esch, C. F., & Jacó-Vilela, A. M. (2001). A regulamentação da profissão de psicólogo e os currículos de formação psi. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo & H. B. C. Rodrigues (Orgs.) *Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*.(pp.17-24) Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ.
- Faleiros, V. P. (2000). Las funciones de la política social en el capitalismo. In E. Borgianni & C. Montaña (Orgs.), *La política social hoy* (pp. 103-118). São Paulo: Cortez

- Fernandes, L. (2000). Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In E. Sader & P. Gentile (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático* (5ª ed., pp. 54-61). São Paulo: Paz e Terra.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 23(79), 257-272.
- Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo. Clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, M. A. C. (1989). *O trabalho alienado e o psicólogo do trabalho: algumas questões sobre o papel do psicólogo na produção capitalista*. São Paulo: EDICON.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária – práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 e 90 no Brasil. In F. H. R. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 55-80). Petrópolis: Vozes.
- Gomes, R., Fonseca, E. M. G. O., & Veiga, A. J. M. O. (2002). A visão da pediatria acerca da gravidez na adolescência: um estudo bibliográfico. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 10(3), 408-414.
- Granja, E. C. (1995). *Produção científica: dissertações e teses do IPUSP (1980/1989)*. Tese de doutorado não-publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Huberman, L. (1986). *História da riqueza do homem* (21ª ed.) Rio de Janeiro: Guanabara.
- Iamamoto, M. & Carvalho, R. (1990). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.
- IPEA (2002). Boletim de Políticas Sociais – número 5. Acessado em 18 de outubro de 2003 no World Wide Web: <http://www.ipea.gov.br>.
- IPEA (2003). Boletim de Políticas Sociais – número 6. Acessado em 18 de outubro de 2003 no World Wide Web: <http://www.ipea.gov.br>.
- Lane, S. M. T. (1996). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis: Vozes.
- Lane, S. T. M. (2001). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (13ª ed, pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lessa, C., Salm, C., Soares, L. T., & Dain, S. (1997). Pobreza e política social: a exclusão nos anos 90. *Revista Praga: estudos marxista*, 3.

- Marx, K. (1998). O Capital: crítica da economia política (Livro I, Volume II, Tradução de Reginaldo Sant'anna). Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil. (Texto original publicado em 1890).
- Marx, K., & Engels, F. (1998). Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez. (Texto original publicado em 1848).
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Neto, A. C. (1993). Notas sobre o Estado do Bem-Estar Social. *Educação em Questão*, 5(2), 19-51.
- Netto, J. P. (1990). *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte/ São Paulo: Oficina de Livros
- Netto, J. P. (2001). *Capitalismo monopolista e serviço social* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Nunes, E. (1990) Carências e modos de vida. *São Paulo em Perspectiva*, 4(2), 2-7.
- Oliveira, F. (1988). O surgimento do antivalor: capital, força, trabalho e fundo público. *Novos Estudos CEBRAP*, 22, 8-28.
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Costa, A. L., Lima, F. L., Reinecke, A. A., Carvalho, D. B., & Yamamoto, O. H. (2004). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: formação acadêmica e prática profissional. *Interações – estudos e pesquisas em Psicologia*, 9(17), 71-89.
- Pastorini, A. (2004). *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez Editora.
- Pessotti, I. (1988). Notas para uma história da psicologia brasileira. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 17-31). São Paulo: EDICON.
- Pochmann, M. (2004). Proteção social na periferia do capitalismo – considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2), 3-16.
- Presidência da República (2004) *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: IPEA.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2004). *Relatório do desenvolvimento 2004: liberdade cultural num mundo diversificado*. New York: PNUD.
- Ribeiro, M. (1999). Exclusão: problematização do conceito. *Educação e Pesquisa*, 25(1), pp. 35-49.

- Rocha, S. (1995). Governabilidade e Pobreza: o desafio dos números. In L. Valladares & M. P. Coelho (Orgs.), *Governabilidade e pobreza no Brasil* (pp. 221-265). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rocha, S. (2000). Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real. *Texto para discussão nº 721, IPEA*.
- Rocha, S. (2001). Alguns consensos sobre a questão da pobreza no Brasil. In L. Dowbor & S. Kilsztajn, S. (Orgs.), *Economia Social no Brasil* (pp. 71-88). São Paulo: Editora Senac.
- Rocha, S. (2004). Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos? *Estudos e Pesquisas nº 83, IPEA*.
- Sarriera J. C., Freitas, M. F. Q., & Scarparo, H. (2003). Para onde caminha a Psicologia (Social) Comunitária no Brasil? Um balanço a partir dos frutos de sua trajetória. In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e da prática psicológica* (pp. 167-183). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Scarparo, H. B. K. (2002). *O processo de construção de um saber-agir: registros da Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Schwartzman, S. (2004). *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Soares, L. T. R. (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Soto, S. F. (2003). El concepto de pobreza en la teoría marxista. *Serviço Social e Sociedade*, (73), 5-22.
- Telles, V. S. (2001). *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia.
- Troyano, A. A., Hoffmann, M. B. P., & Ferreira, S. P. (1990) Condições de vida e pobreza: elementos para uma discussão metodológica. *São Paulo em Perspectiva*, 4(2), 32-36.
- Vieira, E. (1983). *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da Psicologia*. São Paulo: EDICON.
- Yamamoto, O. H. (2003) Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e Compromisso Social*. (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.
- Yamamoto, O. H., Souza, C. C., & Yamamoto, M. E. (1999). A produção científica na psicologia: uma análise dos periódicos brasileiros no período 1990-1997. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 549-565.

Witter, G. P. (Org.) (1999). *Produção Científica em Psicologia e Educação*. Campinas: Alínea.

Apêndices

A. Formulário para registro de dados

FORMULÁRIO PARA REGISTRO DE DADOS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: _____

DADOS BIBLIOGRÁFICOS	
Tipo de produção	☐ Artigos ☐ Capítulo de livro ☐ Livro ☐ Livre- docência ☐ Dissertação de Mestrado ☐ Tese de doutorado
Fonte	☐ Indexpsi periódicos ☐ Indexpsi tese ☐ Capes ☐ Biblioteca USP ☐ Dedalus ☐ Ibict ☐ Biblioteca PUCSP ☐ Outras fontes. Quais _____
Localização (Revistas – volume, número, páginas; dissertações e teses – local de defesa e biblioteca depositária; livro/capítulo de livro – editora e cidade)	
Ano	
Título	
Origem busca	
Descritores	

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO AUTORES	
Autor Principal	
Titulação	
Atuação	
Demais Autores	
Orientador *se dissertação ou tese	
Vinculação institucional *primeiro autor	
Tipo Instituição	() Pública () Privada
Grupo de Pesquisa	() sim () não Qual? _____

DADOS PRODUÇÃO	
Área	
Tema	
Sub-temas	
Conceitos trabalhados	
Abordagem teórica	
Tipo de texto	() Teórico () Relato de Pesquisa () Relato de experiência () Estudo de caso () Outro. Qual? _____
Delineamento de Pesquisa *se relato de pesquisa	() Estudo Teórico () Pesquisa Documental Tipo de Material Utilizado: _____ () Pesquisa Experimental () Pesquisa Qualitativa () Outro. Qual? _____
Tipo de pesquisa	() Pesquisa de campo () Pesquisa de laboratório
Caracterização dos sujeitos	Número de Sujeitos () Sujeito Único () Mais de um sujeito () Grupo () Sem Especificação

	Sexo do(s) Sujeito (s) () masculino () feminino () ambos () Sem Especificação Faixa etária () bebê () bebê e adulto () criança () criança e adolescente () adolescente () criança e adolescente () adulto () criança e adulto () idoso () adolescente e adulto () Sem Especificação
Local (is) de Realização da Pesquisa	() creche () Hospital/Ambulatório Saúde Mental () parque infantil () Instituição para deficientes mentais () pré-escola () Instituição para menores () escola de 1º grau () Órgão da administração pública () escola de 2º grau () Empresa () escola especial () Ambiente de trabalho do sujeito () estabelecimento ensino superior () Residência () posto / centro de saúde () Laboratório () clínica médica () Comunidades () clínica psicológica () Rua () Hospital/Ambulatório () Programas _____ () Sem Especificação () Outro. _____
Material (is) de coleta de dados utilizado na pesquisa	() questionário () Categorias para observação de comportamento () entrevista e relato verbal () registro de história de vida () Equipamento p/ estudo -aprendizagem () reunião de grupo () protocolo/folha de registro de dados () Equipamento – estudo neurofisiológico () escala () Material didático - institucional () inventário () Material lúdico () teste psicológico () Produções do próprio sujeito () prova/exercício operatória () Documentos oficiais e institucionais () prova escolar/ acadêmica () Sem Especificação () Outro. _____

Caracterização da produção quanto ao tema “pobreza”	
Comentários/ Observações	

B. Caracterização das dissertações de mestrado e teses de doutorado

Do total de produções estudadas (302), 69 (22,12%) são resumos de dissertações de mestrado e 34 (10,90%) de teses de doutorado, vinculadas, principalmente, à Universidade de São Paulo e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tabela 1

Localização da produção - dissertações e teses

	n
Universidade de São Paulo	66
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	24
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	2
Universidade Federal da Paraíba	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3
Escola Nacional de Saúde Pública	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1
Universidade Federal da Bahia	1
Universidade Federal de Pernambuco	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1
Universidade Metodista de São Paulo	1
	103

Com relação ao período de publicação das dissertações de mestrado e teses de doutorado, destaca-se um maior volume a partir da década de 80, com destaque para o interregno 1986/1990 e 1996/2000.

Tabela 2

Período de publicação das dissertações e teses

	N
1971 a 1975	1
1976 a 1980	3
1981 a 1985	14
1986 a 1990	23
1991 a 1995	16
1996 a 2000	25
Após 2001	21
	103

Outro ponto estudado refere-se às instituições aos quais estão vinculados os autores das dissertações e teses estudadas. A maioria está vinculada à Universidade de São Paulo, seguida da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. As demais instituições estão listadas na Tabela 3.

Tabela 3

Vinculação Institucional

	N
Universidade de São Paulo	18
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	4
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2
Universidade de Guarulhos	2
Universidade Estadual de Maringá	2
Universidade Federal da Paraíba	2
Centro Internacional de Estudos e Pesquisas Sobre a Infância	1
Centro Universitário de João Pessoa	1
Centro Universitário Feevale	1
Centro Universitário Filadélfia	1
Centro Universitário Moura Lacerda	1
Centro Universitário Newton Paiva	1
Centro Universitário Nove de Julho	1
Faculdade de Tecnologia e Ciências	1
Faculdade Ruy Barbosa	1
Fundação Carlos Chagas	1
Fundação Joaquim Nabuco	1
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	1
Fundação Zerbini	1
Instituto Âmbor	1
Instituto de Saúde	1
Núcleo de Estudos da Violência- USP	1
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1
Secretaria Estadual de Saúde - São Paulo	1
Universidade de Taubaté	1
Universidade do Estado da Bahia	1
Universidade do Oeste de Santa Catarina	1
Universidade Estadual de Goiás	1
Universidade Estadual de Londrina	1
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal da Bahia	1
Universidade Federal de Alagoas	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1
Universidade Federal de São Carlos	1
Universidade Federal de São Paulo	1
Universidade Federal do Espírito Santo	1
Universidade Federal do Pará	1
Universidade Federal do Paraná	1
Universidade Federal Fluminense	1
Universidade Luterana do Brasil	1
Universidade Metodista de Piracicaba	1
Universidade Paulista	1
Universidade São Marcos	1
Universidade Tuiuti do Paraná	1
Sem informação	35
	103

Das produções estudadas, 42 autores estão vinculados a Grupos de Pesquisa de acordo com os dados disponíveis no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Tabela 4

Grupos de Pesquisa aos quais os autores estão vinculados

Pesquisas Sobre Temas da Educação em Direitos Humanos	3
Centro Brasileiro de Investigação sobre Desenvolvimento e Educação Infantil	2
Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional na Família, Escola e Comunidade	2
Aprendizagem, Construção do Conhecimento e Contexto Sócio-cultural	1
As organizações, o homem e o trabalho	1
Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano	1
Comunidade, Família e Saúde	1
Construção do conhecimento, aprendizagem, desenvolvimento e conceitos na educação formal e especial	1
Cultura, educação e subjetividade	1
Cultura, Memória e Sociedade	1
Desenvolvimento Humano	1
Desenvolvimento Humano em Situações de Risco Social e Pessoal	1
Desnutrição Energético-Protéica	1
Direito Social e Cidadania	1
Distúrbios do Sono	1
Educação em Saúde	1
Epistemologia Genética e Educação	1
Escolarização Inicial e Desenvolvimento Psicológico	1
Grupo de Estudos e Pesquisas das Políticas Públicas para a Inclusão Social	1
Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho	1
Grupo de Trabalho em Gênero	1
Inclusão ou exclusão? Contrapontos da Educação brasileira	1
Inteligência, Cognição social e relações interpessoais	1
Investigações em torno do objeto da Psicologia. Psicologia e Produção de subjetividades	1
Laboratório de Psicologia Sócio- Ambiental e Intervenção	1
Laboratório de Subjetividade e Política - LaSP - Cultura e Exclusão Social	1
Laboratório Interdepartamental de Técnicas de Exame Psicológico	1
Núcleo de Estudo Psicossocial da Dialética Exclusão/ inclusão	1
Núcleo de Estudos da Violência	1
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Tanatologia	1
Núcleo de Pesquisa da Família	1
Núcleo de Pesquisa em Psicologia	1
Organização do Trabalho e Saúde Mental	1
Phenix	1
Psicanálise e análise do discurso	1
Psicologia e Dilemas Sociais na Cultura Contemporânea	1
Psicologia e Instituições	1
Trabalho docente, suas relações com o universo escolar e a sociedade	1
	42